


60 ANOS DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



DIREITOS HUMANOS

UM COMPROMISSO DOS PSICÓLOGOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos em 2008. Em São Paulo, os psicólogos comemoram a data com uma homenagem a dois expoentes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil – Nadir Gouvêa Kfoury e Fábio Konder Comparato –, além de participar ativamente de iniciativas que visam garantir os princípios de dignidade e de justiça para todos, presentes na Declaração.

EDITORIAL | UM COMPROMISSO MUITO ESPECIAL

Um verdadeiro compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos requer de nós, psicólogos, que nos empenhemos em discutir seus valores, zelar por sua aplicação e trabalhar por sua disseminação.

03

OPINIÃO | O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA

Militante de movimentos pastorais e sociais, tendo ocupado a função de assessor especial do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2004, o religioso Frei Betto dá sua visão sobre o ensino religioso na escola pública.

04

FORMAÇÃO | EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: MAIS UM PASSO

O Projeto "Direitos Humanos no Ensino de Psicologia: Uma força motriz para a consolidação do compromisso social" chegou ao fim de sua primeira etapa com quatro mesas de debates, abrindo caminho para o Seminário Nacional, previsto para o dia 4 de dezembro.

05

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | EDUCRIANÇA: OS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Em Guarulhos, projeto atende famílias de baixa renda com crianças de até dois anos de idade. Proposta se baseia no direito à educação desde a primeira infância, conforme estabelece a Constituição de 1988.

06

CAPA | DIGNIDADE E JUSTIÇA PARA TODOS NÓS

Há 60 anos, a ONU aprovava a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em São Paulo, os psicólogos comemoram a data com uma homenagem a dois expoentes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil – Nadir Gouvêa Kfoury e Fábio Konder Comparato – além de participar ativamente de iniciativas que visam garantir os princípios de dignidade e respeito presentes na Declaração.

08

POLÍTICAS PÚBLICAS | AOS 20 ANOS, SUS COLECIONA SUCESSOS E ENCARA DESAFIOS

O Sistema Único de Saúde, SUS, completa 20 anos de existência em 2008. É uma das conquistas obtidas na Constituinte de 1988, que estabeleceu o direito universal à saúde como dever do Estado. Hoje o SUS é um sistema universal e o único canal de acesso aos serviços de saúde para 140,7 milhões de brasileiros, mas ainda enfrenta sérios desafios como os do subfinanciamento.

12

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | NASF, UM NOVO APOIO PARA A ATENÇÃO BÁSICA

A Atenção Básica é objeto de preocupação em todo o mundo. No Brasil, esse objetivo tem sido buscado por meio da Estratégia de Saúde da Família, que completou 15 anos em 2008. Uma das ações mais recentes do Ministério da Saúde nesse campo foi a criação, no início do ano, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

18

INTERIOR | PSICOLOGIA AVANÇA PARA O INTERIOR

Psicólogos de cidades mais afastadas das subsedes do CRP SP no interior de São Paulo nem sempre conseguem participar dos debates e ações ali promovidos. Mas esforços estão sendo feitos para levar os debates até lá.

22

ESTANTE | "Manual de Psicologia Clínica para Hospitais", "Educação Inclusiva: Percursos na Educação Infantil" e "Religiosidade e Psicoterapia" são alguns dos lançamentos editoriais na área de Psicologia que integram a seção Estante.

26

MURAL | O ano temático da Educação teve seminários regionais, realizados em São Paulo e nas subsedes. Esta e outras notícias você confere no Mural.

28

CIÊNCIA E PROFISSÃO | CONSELHOS DEBATERÃO PSICOTERAPIA EM 2009

2009 será o Ano da Psicoterapia no Sistema Conselhos. A proposta é estimular um amplo debate sobre a psicoterapia como um campo de atuação que compreende diferentes abordagens teóricas e práticas. Eventos com esse objetivo deverão ocorrer a partir de maio do próximo ano, quando se encerra o Ano da Educação.

29

QUESTÕES ÉTICAS | PELA ÉTICA, CONTRA A INDIFERENÇA.

A professora Terezinha Azerêdo Rios fala sobre o papel dos Códigos de Ética para as profissões e destaca a necessidade de se discutir a Ética como uma resposta a um dos grandes desafios da sociedade atual: a indiferença.

30

NUUESTRA AMERICA LATINA | DEBATE MARCA DIA DA PSICOLOGIA LATINOAMERICANA
Debate organizado pelo Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) marcou a primeira comemoração internacional do Dia da Psicologia Latinoamericana.

31



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6º Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pomplio

Conselheiros suplentes

Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Sílvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Céli Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif
Membros | José Roberto Heloani, Lumena Teixeira, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 3637-0339 - 3637-0340

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Reportagem Carlos Martins, Evanildo da Silveira e Joana Crívelente Horta
Arte Ligia Minami

Impressão Impres Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223 3147, 3223 6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

ERRATA

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Na edição 157 do jornal PSI, na entrevista "Indo Além do ECA", a sigla CRESS foi equivocadamente apresentada como Conselho Regional de Assistência Social. O correto é Conselho Regional de Serviço Social.

um compromisso especial

Estamos comemorando 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A importância desse acontecimento, de um ponto de vista histórico, é largamente reconhecida. O documento surgiu após a Segunda Guerra Mundial, como uma reação contra as atrocidades ocorridas naquele período. Foi uma reflexão dolorosa da humanidade sobre sua própria condição. Esse processo resultou na afirmação de valores universais a respeito dos quais não é possível transigir. Para as gerações que têm se seguido desde então ficaram dois grandes desafios: o de manter vivo o espírito da Declaração e o de fazer com que esses princípios penetrem, cada vez mais, no dia-a-dia das sociedades.

A questão dos Direitos Humanos é central para a Psicologia. Vale lembrar que ela também se modificou no pós-guerra, adotando uma perspectiva humanista no seu interior e passando a pensar o ser humano nos seus contextos sociais e históricos. Hoje, a Psicologia é uma ciência comprometida com os valores da autonomia, do indivíduo como um ser em desenvolvimento, voltado para a aprendizagem, como um ser que precisa construir a sua subjetividade. Dito de outra forma: o fazer do psicólogo contribui diretamente para tornar concretos aqueles princípios previstos na Declaração.

É muito, sem dúvida, mas não o bastante. Um verdadeiro compromisso com a Declaração dos Direitos Humanos requer de nós, psicólogos, que nos empenhemos em discutir seus valores, zelar por sua aplicação e trabalhar por sua disseminação. É isso o que torna tão importante a existência das comissões de Direitos Humanos no Conselho Federal de Psicologia (CFP) e nos diversos Conselhos Regionais.

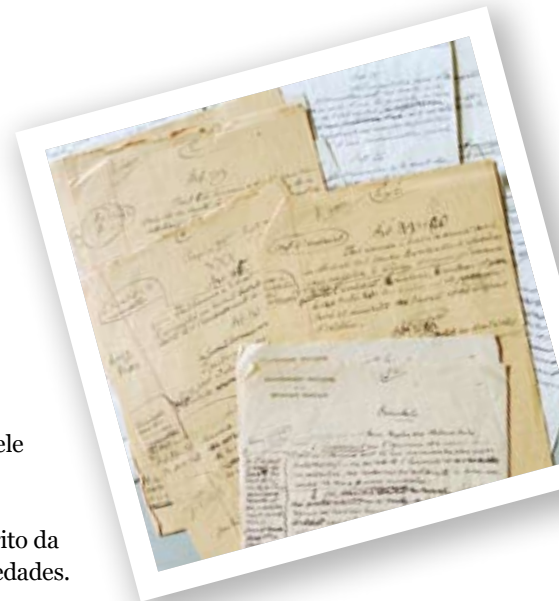
Graças à atuação dessas comissões, temos desenvolvido uma série de campanhas para debater situações nas quais os psicólogos estão envolvidos e nas quais os Direitos Humanos estão sendo desrespeitados. É o caso, agora em 2008, da Campanha Nacional dos Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia que adotou quatro eixos de discussão: contra a prática de violência na repressão a movimentos sociais; nos locais de prisão e isolamento; nas instituições e contra manifestações de intolerância à diversidade cultural, sexual e racial.

Outra iniciativa importante é o debate que engloba Direitos Humanos e Educação. Os Direitos Humanos são uma obra em construção e reconstrução permanente. Precisamos estar sempre atentos ao contexto social e às determinações sociais postas por modelos políticos e econômicos, para que esses valores e direitos não venham a ser desrespeitados.

Para que isso aconteça, é fundamental a existência de um processo educativo, como o que está sendo discutido este ano na série de debates com a participação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Pensar um plano de Educação para os Direitos Humanos é essencial para sensibilizar as futuras gerações para a importância desses valores.

Marcando a passagem dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, o CRP SP realizou em sua sede, no dia 27 de novembro, uma homenagem a dois expoentes da luta pelos Direitos Humanos no Brasil: a ex-reitora da PUC, Nadir Gouvêa Kfoury, e o professor de Direito Fábio Konder Comparato. O respeito aos Direitos Humanos é uma luta de todos. Mas nós, como psicólogos, temos uma responsabilidade e um compromisso ainda maiores. Com o nosso tempo e com as gerações que virão.

MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA | Presidente CRP SP



Manuscritos com as propostas que deram origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Sistema Conselhos de Psicologia, ao focalizar a Educação em seu ano temático de 2008, contribui para a discussão sobre a educação de qualidade para todos. Neste contexto, reafirma a defesa da escola pública, gratuita e laica e enfatiza o respeito à diversidade de pensamentos e de culturas do sujeito humano na sociedade brasileira. Em meio a essa discussão, traz a entrevista de Frei Betto, que apresenta a sua visão sobre o ensino religioso; questão polêmica que merece nossa atenção e reflexão.

o ensino religioso na escola pública

No Brasil, a escola pública é laica desde a década de 20 do século passado, mas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, os estados ganharam autonomia para incluir novas disciplinas nos currículos. Por esse caminho, o ensino religioso voltou a ser ministrado em escolas públicas. Na entrevista a seguir, o religioso Frei Betto, ex-assessor especial do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero, dá sua visão sobre o tema.

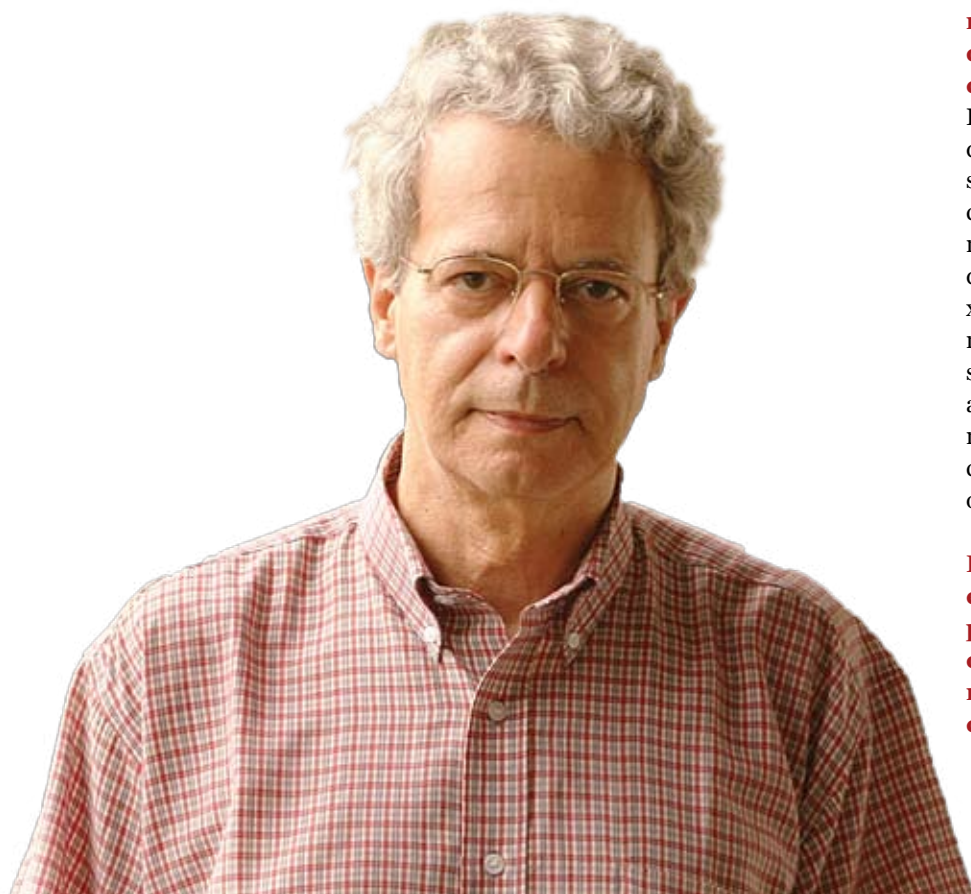
Qual sua posição a respeito do ensino religioso na escola pública?

Frei Betto - Sou contra o ensino religioso e a favor do ensino das religiões em escola pública. O Brasil é um Estado laico, conforme reza a Constituição e, portanto, os entes públicos não têm o direito de privilegiar esta ou aquela religião. Mas é inconcebível que as religiões praticadas em nosso país não sejam objeto de estudo em todas as nossas escolas. Os alunos precisam ter conhecimento do que é catolicismo, protestantismo, espiritismo, judaísmo, islamismo, candomblé, macumba, santo daime etc. Precisam ter contato com a Bíblia, o Corão e a Torá, os textos de Alan Kardec e de Chico Xavier.

PSI - Como vê a questão do ensino religioso nas escolas e o respeito à diversidade de crenças em um país como o Brasil atual?

Frei Betto - Em escolas religiosas o ensino da confissão a que pertence a escola deve ser obrigatório. Não concebo uma escola católica que não evangelize, não promova retiros espirituais, não mantenha vínculos de solidariedade com a população de baixa renda. A diversidade de crenças é uma riqueza e não um problema. Por isso, deve ser objeto de pesquisas e estudos em todas as nossas escolas. Todo estudante brasileiro deve aprender o que é uma missa, um culto, um terreiro de candomblé; como são os rituais religiosos indígenas etc.

PSI - A adoção do ensino religioso nas escolas públicas não tende a gerar, na prática, um direcionamento para esta ou aquela crença religiosa – ou mesmo para que o jovem “tenha” uma crença religiosa?



Frei Betto – Repito que sou contra o ensino religioso e a favor do ensino das religiões em escola pública. Mas a questão vale para qualquer disciplina: ao ensinar história, quem é o vilão, o bandeirante ou o índio caçado para ser escravo? O colonizador ou o colonizado? A religiosidade, como a sexualidade, é inerente ao ser humano. Quem não a cultiva na direção correta corre o risco de direcioná-la para a idolatria – da beleza, do poder, da fama, da riqueza. Sou plenamente a favor da educação religiosa das crianças, por parte dos pais, das denominações religiosas, como Igrejas, e das escolas confessionais. Pois não há neutralidade: se você não ensinar a seu filho o que são valores, o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto, os programas de auditório haverão de fazê-lo... Ou você educa ou o sistema capitalista, centrado no egoísmo (competitividade) e no consumismo o farão à sua revelia.

PSI - Como vê a forma como o ensino religioso é ministrado nas escolas públicas onde foi adotada? Esse aspecto gera algum tipo de preocupação?

Frei Betto - Não posso opinar, mas gostaria que o catolicismo fosse ensinado por quem pertence a esta confissão religiosa, o candomblé pelo pai ou mãe-de-santo etc., sem proselitismo tendencioso por parte do professor.

PSI - A psicologia se preocupa que a escola seja um espaço de formação humana, de encontro do sujeito com a educação, onde ele vai constituir a sua subjetividade. A existência do ensino religioso na rede pública não se constitui em uma forma de imposição?

Frei Betto - Não existe educação neutra. Toda educação é inevitavelmente impositiva. O desafio pedagógico é fazer isso de modo a permitir ao educando tornar-se protagonista do processo, e não mero objeto de regras que lhe são ditadas. Se na sua casa você senta-se à mesa para comer e trata a cozinheira com respeito, você está impondo a seus filhos, pelo exemplo, um código de conduta. Você poderia dizer a eles: façam o prato e tomem assento onde bem entenderem; tratem a cozinheira como mera serviçal. Gostaria muito que, ao adotar o ensino religioso, as escolas – públicas e privadas – educassem os alunos nos valores éticos, no amor ao próximo, na solidariedade às causas libertárias dos pobres, no gosto pelo silêncio e pela oração – e isso vale para todas as confissões religiosas. ●

educação e direitos humanos mais um passo

O Projeto “Direitos Humanos no Ensino de Psicologia: Uma força motriz para a consolidação do compromisso social” chegou ao fim de sua primeira etapa com quatro mesas de debates. O passo seguinte, o Seminário Nacional, estava previsto para o dia 4 de dezembro, e devendo resultar na elaboração de um documento único sobre o tema. “Essa série de eventos *online* levou a discussão sobre o tema para um grande número de pessoas. Isso é fundamental para não apenas se criar uma cultura em Direitos Humanos, mas para que os participantes conheçam e operem as ferramentas que estão ao seu alcance sempre que isso se fizer necessário”, diz Dreyf Gonçalves, psicólogo e diretor da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). A ABEP é uma das entidades envolvidas no projeto, ao lado do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

A idéia central do projeto é estimular a construção de ações a partir de uma participação coletiva, reforçando esforços já realizados nessa direção. O projeto de inclusão da educação de Direitos Humanos nos cursos de Psicologia, por exemplo, já existe há dez anos, desde a criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos. De lá para cá eventos e campanhas foram feitos com o objetivo de diminuir o quadro de violência existente. A efetivação da inclusão, entretanto, só poderá ser apreciada adequadamente após discussão do ensino de psicologia e do que se pesquisa em termos de Direitos Humanos, para que se torne tema consistente. “A maneira como o assunto está sendo apreciado definirá padrões futuros, seja como uma disciplina do curso ou mesmo como viés de outras matérias”, afirma Dreyf. “Isso tudo será analisado após a organização dos temas discutidos e aprofundados”.

As quatro mesas redondas foram: “Desenvolvimento da Cultura de Direitos Humanos nos Espaços Educativos e os Desafios para a Psicologia”; “Educação para os Direitos Humanos e as contribuições da Psicologia: destaques regionais”; “Formação nos cursos de Psicologia e o desenvolvimento da cultura de Direitos Humanos”; e “Desafios para a Psicologia no cenário das violações dos Direitos Humanos”.

Essas discussões podem ser apreciadas no site da ABEP – Associação Brasileira no Ensino da Psicologia, ou ainda, no <http://dhepsi.nucleoead.net> onde você poderá encontrar informações sobre todo o projeto, um vasto material de consulta sobre Direitos Humanos, os tratados, convenções e pactos internacionais, bem como os relatórios brasileiros para os comitês de monitoramento dessas convenções da ONU e da OEA. Além disso, lá também se encontram as resoluções do Conselho Federal de Psicologia pertinentes à matéria.

educriança

os direitos da primeira infância

Em Guarulhos, projeto atende famílias de baixa renda com crianças de até dois anos de idade. Proposta se baseia no direito à educação desde a primeira infância, conforme estabelece a Constituição de 1988.

O cenário educacional que levou a Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, a implantar o programa Educriança, em 2003, é muito semelhante ao de tantos outros municípios do País. Primeiro, uma grande parcela da população de baixa renda não assistida pela rede de creches então existente. Depois, a necessidade de incluir essas pessoas – bebês, de 0 a 2 anos e mães – no atendimento do Estado. Ao mesmo tempo, a constatação de que os recursos disponíveis eram insuficientes para tal objetivo. Décimo PIB do

país, Guarulhos registrava então cerca de 20 mil nascimentos por ano e escolas para apenas um terço do total.

Cinco anos após seu início, o programa contabiliza, de um lado, o reconhecimento de ser uma experiência inovadora. Foi incluído pelo MEC nessa categoria e desperta o interesse de outras prefeituras que avaliam como replicá-lo. Uma busca de soluções que imprime novo olhar para o compromisso do Estado com a criança e não apenas com a mãe. Dessa forma, gerou uma contribuição significativa para o debate sobre políticas públicas para a primeira infância. Outro aspecto positivo é o fato de que a inserção na rede educacional funciona como base e impulso para a trajetória do futuro aluno na escola. Atualmente, são 9 mil crianças e 8 mil mães atendidas, uma vez por semana, pela rede de creches e escolas da Prefeitura. As mães recebem uma bolsa de R\$ 60,00 mensais pela participação.

ORIGEM E FORMATO – Uma idéia que norteou o projeto foi fazer com que os aparelhos do Estado procurassem se adaptar à realidade da população, e não o contrário. Ou seja, se o Estado tem a obrigação de fornecer educação deve também encontrar os meios para fazê-lo. Pesquisas que antecederam sua implantação constataram a dificuldade de mães e bebês utilizarem a rede de creches. Os pais tinham diante de si duas situações

extremas. Ou colocar a criança na creche durante todo o dia, ou não colocar. O quadro geral mostrava então um índice muito alto de faltas das crianças matriculadas e, ao mesmo tempo, uma longa lista de espera por vagas. “Começamos a pensar em opções”, lembra a psicóloga Célia Regina da Silva, assessora de Educação Infantil da Secretaria de Educação da Prefeitura de Guarulhos, e uma das responsáveis pelo programa.

Em sua forma atual, o Educriança recebe mãe e bebê uma vez por semana, de acordo com a disponibilidade do participante. Os bebês são atendidos por dois educadores, profissionais em fase final de formação, em regime de estágio. Nas duplas há sempre um psicólogo, acompanhado por colega de outra área, como serviço social, pedagogia ou enfermagem. Em outra sala, as mães serão atendidas em grupos, por membros da equipe, dentro de um trabalho que inclui formação e informação, sobre educação e saúde. A creche torna disponíveis duas salas, com capacidade para 25 crianças cada. Visitas mensais dos educadores às famílias estendem a presença do atendimento. O programa funciona, assim, como um braço auxiliar, complementando o leque das ações pedagógicas mantidas pela Prefeitura.

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL – A visão que rege o atendimento aos participantes tem como base o objetivo de desen-





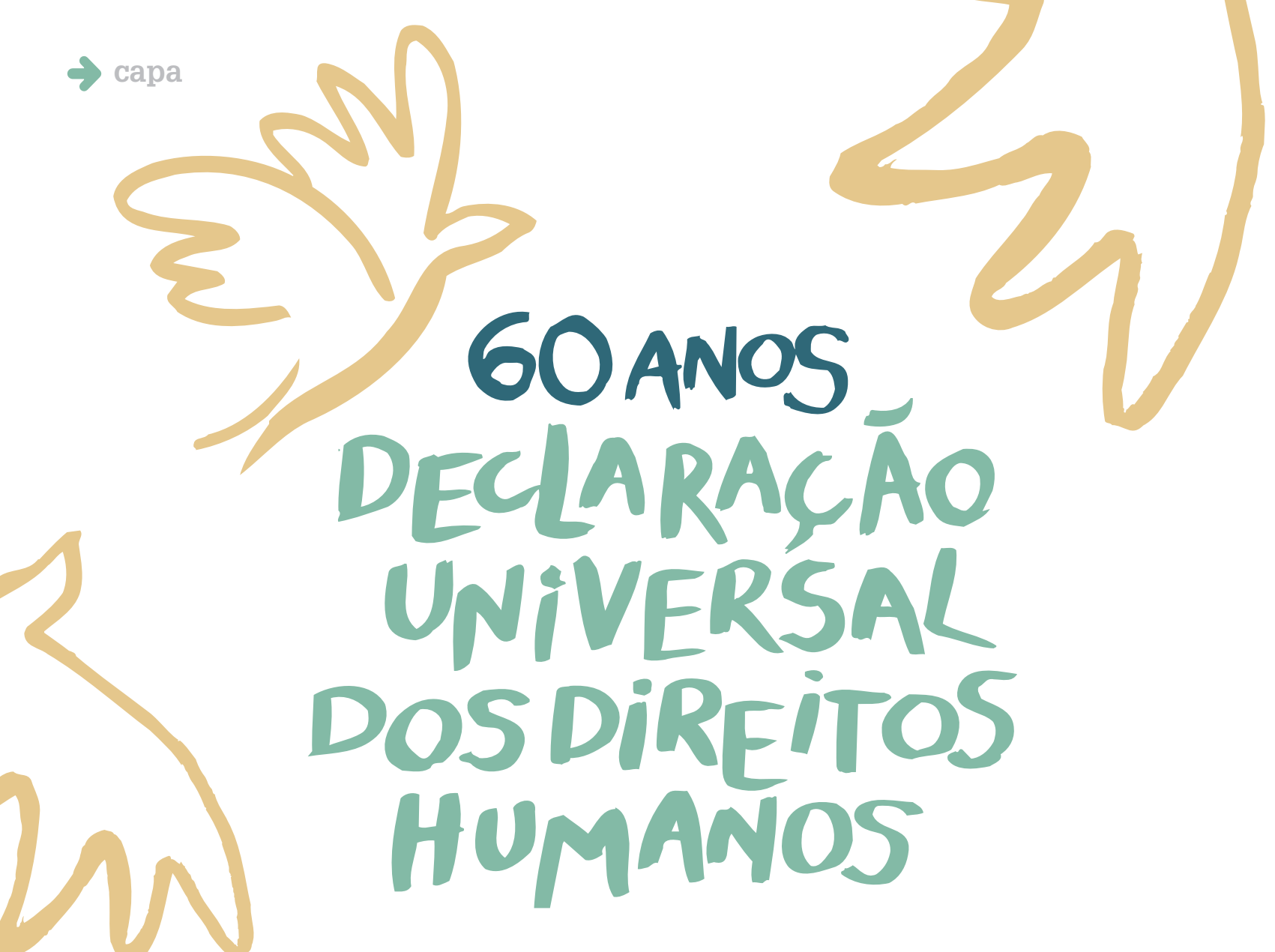
volvimento integral da criança. Para essa faixa de idade isso significa propiciar estímulos por meio de diferentes linguagens, não somente a verbal. O desempenho dos educadores é fundamental, pois cabe a eles realizar atividades que ampliem o “conhecimento” da criança como, por exemplo, o trabalho de expressão corporal, manipulação de materiais e, sobretudo, a brincadeira. A postura lúdica, nota a psicóloga, não é uma opção, mas sim um instrumento de trabalho essencial para os educadores alcançarem os objetivos. Hoje atuam no programa 350 estagiários, alunos do quarto ou quinto ano de vários cursos de graduação.

As mães, por sua vez, são atendidas em grupos que tratam da importância da educação na primeira infância e das necessidades das crianças em seu processo de desenvolvimento. Isso implica, com frequência, na mudança da mentalidade tradicional dos pais, de forma que o “bom” comportamento é aquele que dá menos trabalho para o adulto. Em contraposição, eles podem aprender, por exemplo, que explorar o mundo por meio da brincadeira é algo essencial para as crianças se desenvolverem. E que essa necessidade deve ser respeitada. Os grupos de mães comportam também discussões sobre questões de gênero, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis e outras. E têm flexibilidade para se adequar às demandas específicas de cada local. ●

DUAS VISÕES

O Educriança traz para a discussão das políticas públicas a oposição entre duas visões sobre o papel do Estado e os direitos da criança, explica Célia Regina, cujo trabalho de mestrado, na PUC de São Paulo, dedicou-se ao programa. De um lado, ressalta, está a concepção que leva em conta a função da rede de creches como um instrumento para atender os direitos da mulher. Por essa ótica, o Estado tem a obrigação de suprir meios para que ela possa trabalhar e não se veja tolhida nesse direito.

A visão que sustenta o programa, porém, considera a formulação de uma política pública que atenda o direito da criança de ter educação fornecida pelo Estado, desde a primeira infância, conforme estabelece a Constituição de 1988. Neste caso, o papel do Estado não é somente ampliar a rede de creches e mantê-la, para atender às mães, mas também investir na educação infantil a partir do nascimento. Apesar de seus aspectos positivos, o programa enfrenta percalços. Levado à Câmara, em 2002, o projeto foi rejeitado pela diferença de um voto. No ano seguinte, foi aprovado por decreto da Prefeitura. A forma utilizada para viabilizá-lo em sua introdução, por meio de espaços como centros comunitários, paróquias e outras instalações não pertencentes à Prefeitura, acabou sendo questionada na Justiça, sob o argumento de que os espaços de atendimentos não eram adequados. Embora essa realidade tenha sido alterada durante a evolução do programa, que passou a ser realizado nas creches, surgiram outros questionamentos, como o de que o programa estaria fora da atual legislação educacional. Por conta desses fatos, o programa ainda corre riscos para continuar sua consolidação. Apesar das tensões presentes no âmbito das políticas públicas, o Educriança introduz inovações e produz resultados positivos, principalmente no que tange ao desenvolvimento integral da criança.



60 ANOS DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

dignidade e justiça para t

Reunida em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Pela primeira vez na História, os direitos humanos e as liberdades fundamentais eram reconhecidos como inerentes a todas as pessoas em cada canto do planeta. Muita coisa aconteceu desde então. As violações aos direitos humanos não cessaram, mas também houve avanços sob a forma de uma série de políticas voltadas para garantir dignidade e justiça às populações.

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem se tornado a pedra fundamental pela qual mensuramos, ou deveríamos conceber, o que é certo e errado”, disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, no lançamento da campanha “Dignidade e Justiça para todos nós”, que marca os 60 anos do documento. “É nos-

so dever assegurar que estes direitos sejam respeitados na vida real – que sejam conhecidos, compreendidos e usufruídos por todos em toda parte”, declarou.

Uma conquista, a Declaração certamente conseguiu: é o documento mais globalizado e traduzido do mundo, podendo ser lido em cerca de 360 línguas. Esse esforço de divulgação começou logo após o término da Segunda Guerra Mundial. A comunidade internacional resolveu complementar a Carta da ONU com um guia para garantir os direitos de todas as pessoas, sempre, em todos os lugares, e nunca mais permitir atrocidades como as cometidas no conflito. O documento criado, e que mais tarde viria a ser conhecido com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi apresentado na primeira Assembléia Geral de 1946. Depois de algumas revisões, foi aprovado tal como é conhecido hoje.

Entre os motivos para comemorar esses 60 anos, a ex- Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a canadense Louise Arbour, cita a complexa teia de instrumentos internacionais que conferem maior substância aos direitos enunciados na Declaração, como os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. “Todos os Estados ratificaram pelo menos um dos nove principais tratados internacionais de direitos humanos, e 80% já ratificaram quatro ou mais”, disse.

Mas Louise também afirmou que continuam existindo, em todos os países do mundo, lacunas flagrantes no que se refere à aplicação dos direitos humanos. “Os abusos, a discriminação e a desigualdade continuam sendo frequentes. Estão talvez até aumentando, em consequência de novas formas de opressão e violência e devido a desigualdades econômicas e sociais.” →

HOMENAGEM DO CRP SP MARCA 60 ANOS DA DECLARAÇÃO

No dia 27 de novembro o CRP SP comemorou os 60 anos da Declaração Universal dos DH prestando homenagem a dois expoentes na luta pelos Direitos Humanos no Brasil: a ex-reitora da PUC SP, Nadir Gouvêa Kfouri e o jurista Fábio Konder Comparato (veja entrevista nesta página). O evento contou com a presença do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

“Nosso objetivo foi não apenas comemorar a data como resgatar a história das lutas e resistências no Brasil, especialmente a partir do governo militar”, diz a Conselheira e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Maria Auxiliadora Arantes. “Nesse sentido, vamos homenagear duas personalidades que foram expressão dessa luta de resistência”. As saudações aos homenageados serão feitas por Ana Bock, ex-presidente do CRP SP, e por Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro. A invasão da PUC SP - Um episódio emblemático da coragem de Nadir Gouvêa Kfouri aconteceu no dia 22 de setembro de 1977, quando a PUC SP foi invadida por tropas militares comandadas pelo então secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias. Diante da Universidade ocorria uma manifestação em favor da retomada da União Nacional dos Estudantes. A polícia começou uma perseguição que se estendeu ao interior da Universidade e que terminou com 900 presos, agressões, tumultos e depedações.

Diante da invasão policial, Nadir Kfouri se dirigiu ao coronel Erasmo e cobrou explicações. “Vocês depredaram a Faculdade”, acusou. Quando Dias respondeu que os danos seriam reparados, ouviu da reitora a resposta contundente: “Há danos que não podem ser reparados”. Conta-se também que no difícil diálogo travado com o coronel Erasmo, Nadir, hoje com 95 anos, teria contestado o direito de a polícia entrar na Universidade com uma declaração mordaz: “A porta de entrada numa Universidade é uma única”, disse ao coronel, “o vestibular”.



À esquerda, a reitora Nadir Gouvêa Kfouri, durante a invasão da PUC SP em 1977; abaixo, a psicóloga Maria Orlene Daré, que participa da Conferência Nacional de Direitos Humanos.

CRP SP PARTICIPA DE EVENTOS PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Entre 15 e 18 de dezembro, em Brasília, será realizada a Conferência Nacional de Direitos Humanos. As propostas ali aprovadas serão incorporadas às políticas de Direitos Humanos do Governo Federal. A realização desse evento foi antecedida por uma série de encontros preparatórios em todo o Brasil. Em São Paulo, no mês de agosto, foi realizada a VI Conferência Estadual de Direitos Humanos. Ali foi eleita a delegação que irá representar o estado na Conferência Nacional, assim como as propostas que serão encaminhadas.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) teve uma participação ativa nesse processo. A entidade esteve presente em seis Conferências Regionais e conseguiu eleger sete delegados para a Conferência Estadual. A psicóloga Maria Orlene Daré, de Bauri, foi eleita delegada para participar da Conferência Nacional, representando aquela região. “Minha expectativa é de que haja uma revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos, principalmente no que se refere às limitações impostas à implementação dos diferentes programas de Direitos Humanos”. Orlene afirma que defenderá as diversas bandeiras pelas quais os psicólogos têm lutado, em particular, aquelas que se posicionam contra a violência praticada por representantes da Segurança Pública contra os segmentos vulneráveis e discriminados e os movimentos sociais organizados.

“A luta pelos Direitos Humanos, nos diferentes contextos sociais, é tarefa primordial para o Sistema Conselhos de Psicologia”, diz a Conselheira e membro da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Sandra Elena Sposito. Segundo ela, a Psicologia, como ciência e profissão, precisa estar envolvida com a garantia de direitos para os diversos segmentos sociais, especialmente os marginalizados e excluídos, vítimas de preconceitos, exploração e violência. “Por isso, levamos para as conferências das quais participamos, um rol de proposições que representaram nosso trabalho, com o objetivo de divulgar e buscar a inclusão dessas pessoas, no conjunto das propostas aprovadas para a Conferência Nacional”, diz Sandra.



odos nós



DIREITOS HUMANOS NO BRASIL –

O respeito aos direitos humanos no Brasil passou por altos e baixos ao longo dos últimos 60 anos. No aspecto positivo, um dos pontos mais importantes foi a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que possui status de ministério e está ligada diretamente à Presidência da República. No aspecto negativo, encontra-se o período da ditadura militar, durante o qual os direitos humanos foram sistematicamente desrespeitados.

Em 2007, 22 anos depois do fim da ditadura, o Estado brasileiro assumiu as violações que cometeu. O reconhecimento das atrocidades então cometidas veio na forma do livro *“Direito à memória e à verdade”*, um documento oficial que relata os 11 anos de trabalho da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu que, durante a ditadura, seus agentes torturaram, estupraram, decapitaram, esquartejaram e ocultaram cadáveres de opositores do governo da época. “A maioria das mortes se deu na prisão, sob intensas torturas”, diz o livro, produzido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A obra foi divulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no Palácio do Planalto. O livro pede mais investigações para tentar localizar os restos mortais dos desaparecidos durante a ditadura e sugere que militares da ativa e da reserva sejam interrogados sobre isso.

A PARTICIPAÇÃO DOS PSICÓLOGOS –

Os Conselhos de Psicologia já têm uma longa tradição na luta pelos Direitos Humanos. Ao longo da última década comissões de Direitos Humanos foram criadas nos diversos conselhos regionais e desde 2000 o Sistema Conselhos tem realizado campanhas nacionais. A deste ano tem como base quatro eixos temáticos: 1) contra a violência na repressão aos movimentos sociais; 2) contra a violência nos locais de prisão e isolamento; 3) contra a violência nas instituições e 4) contra as manifestações de intolerância à diversidade cultural, sexual e racial.

No último Congresso Nacional de Psicologia foram aprovadas diversas diretrizes políticas envolvendo a atuação dos psicólogos e a defesa dos Direitos Humanos. Essas diretrizes se desdobraram em propostas e ações que deverão estar presentes na Conferência Nacional de Direitos Humanos que se realizará em dezembro, em Brasília (*leia boxe*).

CRP SP PRODUZ LIVRETE –

Como parte das comemorações dos 60 anos, o CRP SP publicou e está entregando aos psicólogos, juntamente com a edição deste Jornal Psi, um livrete com a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a “Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes” e a “Lei Federal nº 9.455”, de 1997, que define os crimes de tortura. Na publicação estão reunidos instrumentos que devem ser conhecidos, divulgados e podem auxiliar os psicólogos em sua prática profissional e cidadã, com o objetivo de manter a luta na defesa dos ideais de liberdade e de justiça, buscando a erradicação das práticas de violência que oprimem, desrespeitam e que favorecem as discriminações. ●

não

Um dos homenageados pela Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, o advogado, escritor e jurista Fábio Konder Comparato, fala na entrevista a seguir sobre a Evolução dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo e aborda questões como a reabertura de arquivos do regime militar. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, Fábio Comparato é também fundador da Escola de Governo, que tem por objetivo a formação de governantes. Publicou, entre outros livros, “Para viver a Democracia” e um projeto de Constituição para o Brasil, intitulado “Muda Brasil”.

ao esquecimento

PSI – Em dezembro completam-se 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Qual é a importância desse documento para a humanidade?

Fábio Comparato - Foi a primeira vez na História que uma organização internacional, reunindo praticamente todos os Estados soberanos do mundo, aprovou uma Carta Magna da Dignidade Humana. A Declaração proclama, solenemente, que os direitos humanos são inatos no homem, o que significa que eles não são criados pelo poder político e vigoram acima das Constituições e dos tratados internacionais.

PSI – O que há para comemorar nesta data?

Fábio Comparato - Devemos comemorar um notável avanço no reconhecimento da vigência universal dos Direitos Humanos. É preciso não esquecer que a escravidão vigorou como instituição oficial no Brasil até o final do século XIX, e que foi somente em 1893 que um Estado (a Nova Zelândia) reconheceu pela primeira vez às mulheres o direito de voto em eleições políticas. Hoje, a escravidão não apenas é proscrita no mundo todo, mas pode também, conforme as circunstâncias, configurar um crime contra a humanidade, segundo o Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

PSI – Eles são respeitados na maioria dos países?

Fábio Comparato - O respeito aos Direitos Humanos varia conforme a sua espécie. Os direitos e liberdades individuais são hoje respeitados, senão de fato, pelo menos oficialmente, em todos os países do mundo. Os direitos políticos são menos respeitados e os direitos econômicos, sociais e culturais sofreram um abalo com a intoxicação da humanidade pela epidemia neoliberal, que surgiu no último quartel do século XIX e parece ter sido debelada, pelo menos por alguns anos, com a crise econômica mundial da atualidade.

PSI – E no Brasil, como está essa questão?

Fábio Comparato - No Brasil, a Constituição de 1988 ampliou consideravelmente a declaração de direitos e garantias fundamentais. Mas a sua vigência efetiva ainda deixa muito a desejar, em razão do colossal desnível entre ricos e pobres em nossa sociedade. O Ministério Público ganhou mais poderes, mas ainda não se libertou totalmente do cordão umbilical que o liga desde sempre ao Executivo. E como dizia o Padre Vieira na segunda metade do século XIX, “neste Estado do Grão-Pará e Maranhão, há uma só vontade e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa.”

PSI – No Brasil ainda há muita gente que associa a defesa dos Direitos Humanos com a defesa de “bandidos”. Por que ocorre essa percepção?

Fábio Comparato - Porque tivemos quase quatro séculos de escravidão, cometemos o genocídio de múltiplas tribos indígenas e decidimos subitamente não mais pensar no assunto, quando esses crimes coletivos cessaram. Aliás, essa recusa de direitos aos bandidos é muito difundida no meio pobre. Metade dos indivíduos da classe D, ou seja, os mais pobres de todos, acha que qualquer sujeito que é preso pela polícia deve ser torturado para dizer tudo o que fez.

“ Se quisermos exigir um mínimo de decência e dignidade dos nossos governantes, que a Justiça brasileira reconheça oficialmente que durante o regime militar houve a prática de um terrorismo oficial do Estado, e que ela dê nomes aos bois.”

PSI – O que fazer para lutar contra isso?

Fábio Comparato - Educação, educação e educação; acrescida de sanções penais efetivas contra os que violam os Direitos Humanos.

PSI – O senhor hoje atua pela abertura dos arquivos do regime militar e pela defesa de famílias de ex-presos políticos, que pedem uma ação declaratória de que estes foram torturados por agentes do Estado. O que significa essa ação declaratória que o senhor está propondo?

Fábio Comparato - É indispensável, se quisermos exigir um mínimo de decência e dignidade dos nossos governantes, que a Justiça brasileira reconheça oficialmente que, durante o regime militar, houve a prática de um terrorismo oficial do Estado, e que ela dê nomes aos bois. Agora, porém, a Advocacia Geral da União acaba de afirmar em juízo, ao contestar em nome da União uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, que a União não deve exigir dos assassinos, torturadores e estupradores do regime militar que eles a reembolsem do que foi pago como indenização às vítimas e seus familiares. A justificativa é porque eles - os assassinos, torturadores e estupradores - “não tiveram culpa” (literal). Ou seja, eram todos mentecaptos ou sonâmbulos.

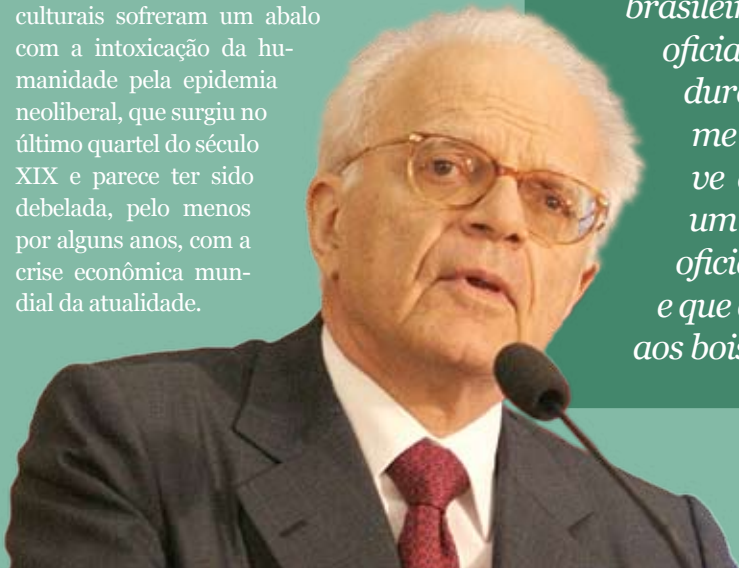
PSI – Como vê a questão da abertura dos arquivos?

Fábio Comparato - O Ministério da Defesa acaba de informar, oficialmente, que os arquivos que estavam em seu poder foram todos destruídos. Estou, portanto, sugerindo ao Ministério Público Federal que, diante dessa confissão, sejam iniciados imediatamente os procedimentos hábeis a obter a condenação dos responsáveis pelo cometimento do crime do art. 314 do Código Penal: extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

PSI – Ainda faz sentido se falar nesses temas que, para muitos, parecem ter ficado no passado?

Quais os riscos de “deixar passar”?

Fábio Comparato - É uma tentativa de desmentir a nossa vocação coletiva de sermos sempre o Macunaíma, o “herói sem nenhum caráter”. ●



COLECIONANDO S E ENCARANDO



O Sistema Único de Saúde, SUS, completa 20 anos de existência em 2008. Trata-se de uma das principais conquistas obtidas na Constituinte de 1988, que estabeleceu o direito universal à saúde como dever do Estado. A lei 8080, de 1990, regulamenta as ações do SUS e permite, de imediato, o acesso aos cuidados de saúde a mais de 70 milhões de brasileiros que estavam fora do sistema por não dispor de emprego formal e nem pagar INSS. Hoje o SUS é um sistema universal e o único canal de acesso aos serviços de saúde para 140,7 milhões de pessoas – parcela que representa 75% da população do país.

O surgimento do SUS significou também uma mudança de modelo. De acordo com o médico pediatra e especialista em Saúde Pública Gilson Carvalho, “o objetivo que se vem perseguindo desde então é o abandono de um sistema focado na atenção médico-hospitalar e a adoção de um sistema que desenvolve ações de promoção, para atuar nas causas; ações de proteção, para lidar com os riscos e ações de recuperação, para cuidar dos já adoecidos”.

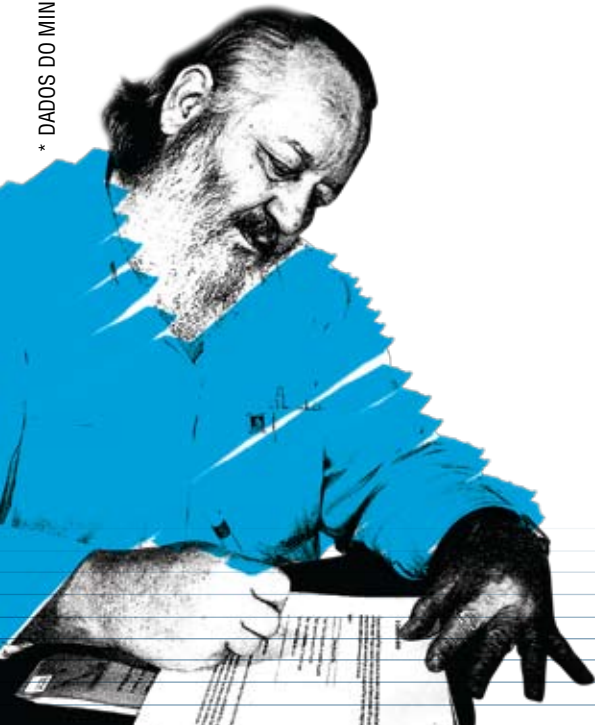
O SUS também representou a possibilidade de construir um sistema descentra-

lizado, eqüânime e com a participação dos usuários. As responsabilidades estão divididas entre as três esferas de governo e há uma participação efetiva da sociedade por meio dos conselhos de saúde municipais, estaduais e nacional. Além disso, foram incorporados atributos de qualificação e humanização no atendimento, que representaram avanços consideráveis.

Gilson Carvalho aponta um amplo conjunto de números e dados (*veja quadro abaixo*) que mostram a evolução do SUS e dos benefícios por ele levados à sociedade brasileira. “A rede do SUS passou de pouco mais de 13 mil estabelecimentos de saúde em 1976 para mais de 77 mil em 2005, sendo 45 mil deles estabelecimentos públicos e quase todos municipais. Hoje o SUS responde pelo tratamento e pelo fornecimento de medicamentos a 184 mil pacientes vivendo com o vírus da AIDS; financia 14 mil transplantes de órgãos por ano e promove diversas campanhas de vacinação (antigripal, rubéola, sarampo e outras)”, diz. “Além



Gilson Carvalho:
mudança de foco e
dados que comprovam
realizações.



* DADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA 2006/2007

O SUS EM NÚMEROS*

28 MIL

EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA
acompanhando perto de
100 milhões de brasileiros

SUCESSOS DESAFIOS

SUS 20 ANOS

NA BRIGA PELO SUS

Frederico Soares de Lima, 60 anos, é bancário aposentado, mas há muitos anos participa de perto das lutas pela Saúde na zona leste de São Paulo.

Ao longo desse tempo, ele tem tomado parte em diversas comissões cujo objetivo é concretizar um dos aspectos mais importantes do projeto de criação do SUS: a participação popular na gestão da Saúde.

Não tem sido fácil. Ao longo dos últimos 20 anos, avanços e recuos têm marcado a vida do SUS na cidade de São Paulo. Entre os recuos, ele aponta as barreiras impostas pelo atual governo municipal. “A eleição para o Conselho Municipal de Saúde foi anulada pelo atual Secretário da Saúde e nós tivemos de recorrer à Justiça para podermos ser empossados”, relata.

Fred, como é conhecido, sabe que o corpo a corpo é inevitável. Foi com pressão e organização popular que se conseguiu implantar unidades de saúde na periferia da cidade. Foi com atos públicos e mobilização de pessoal que ainda agora, no dia 20 de outubro, moradores de Itaquera conseguiram que, depois de 10 meses, um clínico geral chegasse à UBS José Bonifácio III – Dra. Lucy Mayumi Udakiri, devidamente acompanhado pelo coordenador da Regional leste. “A gente só não sabe é por quanto tempo esse profissional vai ficar”, diz.

A solução, argumenta, é continuar se organizando, mais e melhor em defesa do SUS. “A proposta do SUS é excelente, mas fere o interesse de muita gente”, afirma Fred. “Um SUS que funciona, que leva saúde à população, não interessa para aqueles que querem ganhar com a doença”.



440 MIL

LEITOS PRÓPRIOS E CONVENIADOS

400

MEDICAMENTOS ESSENCIAIS
estão disponíveis em toda a rede, nos
três níveis de atenção à saúde (atenção
básica, estratégicos e de alto custo).

63 MIL

UNIDADES AMBULATORIAIS

disso, dispõe de 28 mil equipes de Saúde da Família atendendo mais de 90 milhões de brasileiros; desenvolve ações de vigilância sanitária e de regulação do sistema de saúde suplementar”, completa Carvalho.

Tudo isso não esconde o fato de que o SUS precisa avançar em qualificação e eficiência. Um dos aspectos mais importantes, nesse sentido, diz respeito ao subfinanciamento da Saúde. No momento presente o debate gira em torno da regulamentação da chamada Emenda Constitucional 29. Entre outros aspectos, ela permite que, a cada cinco anos, sejam revistos os percentuais de aplicações em Saúde por parte dos três entes federados. De positivo, nesse aspecto, está a

criação do Pacto pela Saúde que, com a participação de representantes das três esferas, busca avançar na relação solidária entre os entes federados, pactua prioridades nacionais e define as responsabilidades de cada instância no processo de gestão do SUS, além da fazer a chamada para uma grande mobilização nacional em defesa do SUS.

O SUS enfrenta, por certo, muitos outros desafios além daqueles diretamente ligados ao financiamento ou à gestão. Começando pela necessidade de superar uma visão hospitalocêntrica, ainda muito presente na formação dos profissionais de saúde, e se estendendo aos diversos conflitos de interesse com o setor privado.

Há vários pontos em disputa no que se refere à forma de atuar do SUS. Um deles é o que diz respeito ao modo de oferecer atendimentos de alta complexidade. Segundo a psicóloga e sanitarista Lumena Furtado, há, de um lado, os que defendem um SUS organizado para garantir toda a atenção básica,



CRESCIMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA DOS BRASILEIROS DE **69,7 ANOS**, EM 1998, PARA **72,3 ANOS**, EM 2006.

O SUS EM NÚMEROS*

9 MILHÕES

2,5 BILHÕES

DE PROCEDIMENTOS de quimioterapia e radioterapia

DE PROCEDIMENTOS ambulatoriais

deixando os atendimentos de alta complexidade para o setor privado. Do outro, a defesa de que os aparelhos públicos ofereçam, eles também, esse serviço. “A questão traz uma série de implicações, envolvendo não apenas o acesso aos procedimentos, mas também questões de concepção política ampla”, diz (veja mais na entrevista a seguir).

Outro ponto em disputa é a questão da terceirização da gestão no público estatal. Nesse caso, há posições diferentes mesmo entre os defensores do SUS. “O que se encontra em jogo, neste e em outros casos, é se o controle e a gestão da Saúde devem ficar em mãos privadas ou públicas”, avalia Lumena. Como essa situação evoluirá é questão ainda em aberto. →

MAIS DE 60%
DE REDUÇÃO
NA TAXA DE
MORTALIDADE
INFANTIL EM
RELAÇÃO
A 1990



2 MILHÕES

DE PARTOS
realizados por ano

300 MILHÕES

DE CONSULTAS MÉDICAS

12 MILHÕES

DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES

GESTÃO E FINANCIAMENTO SERÃO

Lumena Almeida Castro Furtado é psicóloga, sanitarista e trabalha há mais de 20 anos com Saúde Pública. Atuou no Ministério da Saúde por duas vezes, na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Atualmente é assessora do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo (COSEMS-SP). Na entrevista a seguir ela fala sobre a história do SUS, sua imagem perante a mídia e as resistências que ainda desperta. Comenta ainda os sucessos alcançados pelo serviço e coloca a gestão e o financiamento entre os principais pontos que podem consolidá-lo no futuro.

PSI – Como se deu a origem do SUS?

Lumena Furtado – Desde os anos 50 existiam as Conferências Nacionais de Saúde (CNS), nas quais se traçavam as grandes diretrizes de organização do sistema. A III CNS ocorreu em 1963, pouco antes do golpe militar, e nela estavam presentes vários aspectos que viriam a dar forma ao SUS. A ditadura, contudo, interrompeu esse processo. Ele só iria ser retomado no final da década de 70, em meio à luta pela redemocratização do país, por meio de um movimento conhecido como Reforma Sanitária Brasileira. Em 1986, aconteceu a VIII CNS. Foi um evento histórico porque ali se traçaram as propostas e princípios que chegariam à Constituinte de 1988. A Constituição Federal incorporou praticamente tudo o que nós queríamos. Mesmo 20 anos depois, ele é um texto que continua bastante atual.

PSI – Que princípios foram esses?

Lumena Furtado – Os pontos fundamentais desse texto constitucional de 88 colocavam a Saúde como um direito de todos e dever do Estado. Além disso, foram assumidos como princípios do SUS: a universalidade, ou seja,

é um serviço para todos; a integralidade, realiza desde ações de prevenção, promoção, vigilância a transplantes e a equidade, isto é, oferece tudo para todos, mas diferenciando suas estratégias para aqueles que têm necessidades diferentes. Há ainda dois princípios organizativos importantes que são: o princípio da descentralização - o sistema é único mas não centralizado, como acontece no Chile ou na Venezuela - e o princípio da gestão participativa, que alguns consideram como a única reforma verdadeiramente popular da Constituição de 1988.

PSI – Uma proposta ampla como essa depende de um financiamento compatível. O que aconteceu em relação a isso?

Lumena Furtado – Não houve regulamentação do financiamento na Constituição e esse é um ponto que prossegue até hoje sem definição. Essa é uma bandeira de todos os que defendem o SUS e que está corporificada na chamada Emenda Constitucional 29, que define o quanto a União, os Estados e os Municípios devem investir no SUS. A falta dessa regulamentação foi um grave problema ao longo desses 20 anos. Para um sistema que se propõe desde a sua origem a fazer “tudo para todos”, o SUS sofre com a falta de recursos. Hoje está destinado algo em torno de 250 reais/habitante/ano, menor que a maior parte dos países latinos. Basta dizer que o volume de recursos que circula no SUS é o mesmo que circula na Saúde Suplementar, sendo que esta atende a uma população muito menor sob sua responsabilidade e que não faz campanhas de vacinação, ações de fiscalização sanitária e outras ações de promoção que o SUS realiza. A Saúde Suplementar, aliás, não é responsável pelo maior volume da atenção na alta complexidade, que muitas vezes são realizados no SUS mesmo para aqueles que têm planos de saúde. De fato, quando se olha para o que o SUS consegue fazer com tão poucos recursos, os números impressionam.



* DADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA 2006/2007

O SUS EM NÚMEROS*

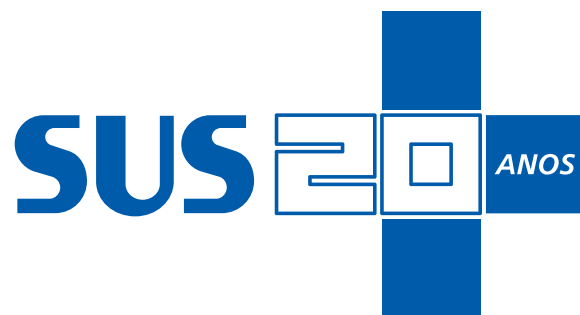
215 MIL

CIRURGIAS CARDÍACAS

15 MIL

TRANSPLANTES
realizados por ano com
financiamento público

DECISIVOS NO FUTURO



PSI – Apesar de prestar uma série de serviços, o SUS se ressentido de uma imagem negativa. A que você atribui isso?

Lumena Furtado – Acho que um dos grandes problemas do SUS é exatamente essa imagem negativa, que é particularmente forte na classe média. Penso que se trata de uma imagem injusta porque parcial. Não há dúvida de que existem muitos problemas envolvendo o SUS. Mas a nossa classe média não usa o SUS. Ela só conhece o serviço por meio dos grandes veículos de comunicação, que não apostam no sistema público. Isso mostra que é preciso intensificar o debate com a sociedade como um todo sobre o SUS.

PSI – Você pode dar um exemplo disso?

Lumena Furtado - Há poucos meses o Jornal Nacional fez uma seqüência de reportagens sobre transplantes no Brasil. Foram cerca de vinte minutos dedicados ao assunto, ao longo de uma semana, o que é uma enormidade de tempo em TV. As reportagens falavam que os transplantes eram um sucesso, que o Brasil é um dos países que mais faz transplantes e que esse fato era reconhecido no mundo inteiro. Em nenhum momento, contudo, foi dito que esses transplantes eram feitos via SUS. Ou seja, quando acontece algo positivo, que se impõe como assunto, a mídia não dá o reconhecimento devido. Se fosse um problema, uma criança que morreu na UTI de um hospital público, a palavra SUS com certeza estaria presente. É um tratamento desigual e que gera preconceito.

PSI – Como está hoje a distribuição do financiamento do SUS entre os entes federados?

Lumena Furtado – Pelo que está definido atualmente, os municípios brasileiros devem colocar pelo menos 15% do seu orçamento na Saúde e os Estados 12%. A participação da União responde a uma variação do PIB e

está sendo regulamentada ainda. No geral, os municípios colocam mais do que o piso. No Estado de São Paulo, a média está em torno de 21% do orçamento municipal e no restante do Brasil essa média também é alta. Considerado esse patamar de 15%, os municípios colocam 5 bilhões de reais a mais que o piso. Em compensação, os Estados brasileiros colocam 10 bilhões a menos que o piso. O Estado de São Paulo, mesmo com restrições a alguns dados apresentados, tem cumprido o piso de 12%. Quanto à União discute-se ainda sobre as possíveis formas como essa contribuição deve ser calculada - um tanto da receita bruta ou da líquida ou uma porcentagem do PIB. A expectativa é que essa regulamentação venha a aumentar a receita para a Saúde em, pelo menos, mais 10 bilhões de reais.

PSI – Qual o outro grande desafio do SUS?

Lumena Furtado – Eu diria que há dois outros. Um é qualificar o processo de gestão e aqui incluo o desafio de construir um processo de fato participativo com os trabalhadores e usuários em cada serviço de saúde e de estabelecer uma parceria qualificada entre os 3 entes. O Pacto pela Saúde, ao buscar uma gestão mais solidária entre os entes federados, é um exemplo de iniciativa que contribui para essa melhoria. Na perspectiva de responder aos desafios da gerência dos serviços, a criação de fundações estatais de direito privado é outro exemplo: elas permitem que, mantendo a gestão no âmbito do público, possa melhorar a agilidade para lidar com situações do dia-a-dia, como a reposição/compra de materiais ou a contratação de funcionários, melhorando a gerência dos serviços. É uma contraposição à privatização da gerência dos serviços complexos através das Organizações Sociais, como ocorre em vários locais hoje.

PSI – E o segundo desafio?

Lumena Furtado – É o da atenção ao usuário, que ainda precisa vencer a visão hospitalocêntrica e fragmentada. Não é uma tarefa simples. O Sistema Nacional de Saúde brasileiro montado nos anos 60/70 estava voltado para os empresários da saúde e dominado pela visão de que os hospitais eram o centro da atenção. Isso gerou problemas imensos que repercutem até hoje no SUS. No processo de formação, a prioridade das universidades tem sido formar profissionais com uma visão em que a especialidade é super valorizada. A especialidade, aliás, é mais valorizada que a clínica geral, que a atenção à saúde da família. Ocorre que a proposta do SUS faz um convite ao contrário. Ela preconiza uma rede descentralizada, que tenha vínculo com o território em que se insere. A proposta é que a grande maioria dos problemas se resolvam ali, e que só aqueles 15% ou 20% de casos mais difíceis sejam encaminhados para serviços de maior complexidade.

PSI – De onde partem eventuais resistências ao SUS?

Lumena Furtado – Essa é uma questão difícil. Existem diferentes visões de sobre como deve ser o SUS mesmo entre aqueles que defendem o Sistema. Há uma questão de fundo que é: que papel tem o Estado nas políticas públicas no Brasil? Eu faço parte de um grupo que defende que o Estado tem um papel maior que o mínimo. Eu não quero um SUS para pobre, funcionando direitinho no que se refere à atenção básica, mas deixando toda a alta complexidade, que é o que rende dinheiro, nas mãos do privado. Também não quero ver o prestador definindo o acesso das pessoas no sistema. ●

130 MILHÕES

DE DOSES DE VACINAS
e de medicamentos para
DST/Aids, atendendo 184 mil
pacientes soropositivos
com distribuição gratuita de
medicamentos

132 MILHÕES

DE ATENDIMENTOS
de alta complexidade

6 MIL

UNIDADES HOSPITALARES

NASF

A Atenção Básica é objeto de preocupação em todo o mundo.

Desde 1978, várias propostas originadas do encontro promovido pela Organização Mundial da Saúde em Alma-Ata, no Cazaquistão, têm servido de referência para uma série de iniciativas visando garantir cuidados primários com a saúde para todas as populações. No Brasil, esse objetivo tem sido buscado atualmente com ênfase na Estratégia de Saúde da Família, que completou, em algumas regiões do País, 15 anos em 2008.

Uma das ações mais recentes do Ministério da Saúde nesse campo foi a criação, no início do ano, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Formado por equipes multiprofissionais, incluindo psicólogos, os Núcleos têm pela frente o desafio de se multiplicarem por meio do dispositivo de matriciamento, de forma a discutir e criar estratégias de atuação na promoção e intervenção em saúde.

A criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em janeiro deste ano promete constituir-se em uma das ações de mais amplo impacto na área da Saúde. Seu objetivo é o de ampliar a abrangência e o escopo das ações de atenção básica, aumentar a inserção do Programa de Saúde da Família (PSF) na rede de serviços e contribuir para os processos de regionalização e de territorialização. Para isso, a iniciativa prevê incentivos financeiros para os municípios que organizarem esses núcleos. Até agosto deste ano, segundo o Ministério da Saúde, 92 municípios haviam se credenciado para implantar NASFs.

A principal tarefa do NASF é constituir equipes multiprofissionais, englobando médicos, assistentes sociais, educadores físicos, fisioterapeutas, nutricionistas, pediatras, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, psicólogos, entre outros. Segundo Florianita Coelho Braga Campos, psicóloga, doutora em Saúde Coletiva e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, a proposta é que os generalistas da saúde sejam apoiados por especialistas. “Eles devem atuar no sentido de entender o que está interferindo na saúde do sujeito, que deixa, assim, de ser visto

um novo apoio para a atenção básica

somente como um “doente”. É o que chamamos de apoio matricial” (*leia entrevista nessa página*).

O matriciamento pode ser descrito como um planejamento da organização dos serviços com base numa estrutura de tipo matricial, cruzando projetos e funções, e sob uma gestão participativa, na qual estão envolvidos os diversos profissionais. Nesse procedimento, prevê-se a construção de momentos relacionais nos quais se estabelece troca de saberes entre profissionais de diferentes serviços envolvidos no cuidado com a saúde dos usuários. O objetivo do matriciamento é garantir que as equipes se vinculem aos pacientes e se responsabilizem pelas ações desencadeadas no processo de assistência, garantindo a integralidade da atenção em todo o sistema de saúde.

Experiências desse tipo já existem em uma série de iniciativas ligadas à Saúde. Na cidade de São Paulo, um exemplo ocorre nas regiões da Freguesia da Ó, Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha. Nessas localidades, seis profissionais de Saúde Mental atuam como equipe volante em cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS). “Somos três psicólogas, uma assistente social, um psiquiatra e um médico psicanalista”, diz a psicóloga Maria Luiza Santa Cruz, que trabalha no PSF desde 1998.

A atuação dessa equipe se dá da seguinte forma: os seis profissionais se dividem em duplas e, uma vez por mês, se reúnem com as equipes de Saúde da Família (SF), formadas por médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Maria Luiza, por exemplo, trabalha com dez equipes de SF. “Nas reuniões mensais nós discutimos os casos das famílias que requerem um olhar e uma atenção da Equipe de Saúde Mental”, diz. A relação entre os participantes é horizontal, de forma a que cada um contribua com o seu saber e sua experiência e juntos construam um projeto terapêutico singular para cada família. Na intervenção domiciliar, a família discute o projeto de forma que ela também participe dessa construção.

A prioridade, segundo Maria Luiza, são casos graves envolvendo psicose, violência, drogadição ou tentativa de suicídio. “Sempre que necessário, a equipe de Saúde Mental, juntamente com os integrantes da

Saúde da Família, fazem a chamada “visita domiciliar” para as famílias que necessitam de alguma intervenção”, afirma. Para ela, um dos grandes benefícios dessa atuação matricial é que as equipes de Saúde da Família vão, com o correr do tempo, ganhando autonomia. “Elas passam a resolver diversas situações sem recorrer ao apoio da equipe de Saúde Mental”, relata.

Um aspecto importante é que os atendimentos são feitos nas casas das pessoas. “Uma coisa é você atender em um consultório; outra é ir até o local onde a pessoa vive. Isso significa que, muitas vezes, você tem de enfrentar situações bastante adversas, mas que são, ao mesmo tempo, fundamentais para se entender a dinâmica dos grupos familiares e o que produzem entre si e, assim, propor um projeto terapêutico-pedagógico que realmente ajude as pessoas”, diz.



OS AVANÇOS DO SAÚDE DA FAMÍLIA

No Brasil, os cuidados primários em Saúde têm sido abordados preferencialmente por meio da Estratégia da Saúde da Família, que, em 2008, está completando 15 anos de implantação em algumas regiões do País. A iniciativa tem avançado e hoje conta com cerca de 30 mil equipes multiprofissionais e um total aproximado de 500 mil profissionais, entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem, técnicos em higiene bucal e auxiliares de consultório dentário. Tais profissionais atuam realizando ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e tratamento, reabilitação e manutenção da saúde da população. Essa atuação mostra-se especialmente mais forte em pequenas cidades e comunidades, mas também cresce nas grandes cidades. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 1998, menos de 10% da população brasileira residente em municípios com menos de 20 mil habitantes era atendida por equipes de Saúde da Família. Em 2002, esse índice cresceu para 60% e, em 2006, para 76%. Nos municípios de grande porte esse índice de cobertura passou de 10%, em 1999, para 34%, em 2006. No total, a cobertura do PSF aumentou 82% em seis anos, passando de 50% dos municípios brasileiros, em 2000, para 91,8%, em 2006. A estratégia do Programa Saúde da Família também possui um importante aspecto de cidadania, uma vez que estimula a participação da população nas questões que envolvem a Saúde em sua região.



jacaré morreu

Era um caso de drogadição. No final de 2006, Maria Luiza foi chamada para acompanhar o caso de um rapaz de 28 anos em uma das cinco UBSs em que trabalha (Vila Nova Cachoeirinha). Ele estava deitado em um corredor ao lado da casa da mãe, entorpecido e com marcas de agressão por todo o corpo. A família era marcada por um histórico de miséria e sofrimento. A mãe já havia colocado o filho para fora de casa inúmeras vezes. Os irmãos enfrentavam, cada um deles, outras situações complicadas. Não era um caso fácil e as visitas que se seguiram não davam motivo para grandes expectativas.

“Jacaré”, como o rapaz era conhecido, já havia sido internado várias vezes pela família. Numa das visitas, a médica, a agente comunitária, a auxiliar de enfermagem e a dupla da Saúde Mental que acompanhavam o caso se viram em meio a uma roda de orações de um grupo evangélico realizada na casa da mãe de Jacaré. Ficaram algo desconcertadas. No entanto, para a família a presença dos religiosos era reconhecida como importante para a saúde de todos, inclusive da própria equipe. Apesar do estranhamento por parte da equipe, essa pode entender que participar naquele momento da crença familiar era importante para o fortalecimento do vínculo entre quem trata e quem é tratado. Poder olhar para o sofrimento da família e

buscar soluções fazia parte do tratamento.

Jacaré continuou sendo acompanhado pela equipe mas enfrentando uma série de situações de risco, ligadas ao mundo das drogas. A última delas com um agravante: um de seus pés havia sido esmigalhado. Ele procurou ajuda no hospital, mas saiu antes de ser atendido. Sabendo do ocorrido, a equipe de Saúde da Família foi atrás dele, levou-o de volta para o hospital, onde ele foi operado e tratado.

Maria Luiza teve, recentemente, boas notícias a respeito do rapaz: ele parou de usar drogas, construiu um quarto nos fundos da casa da mãe e conseguiu um trabalho em serviços gerais em um hospital. O que aconteceu? “Muita gente torce o nariz quando a gente usa essa expressão, mas a explicação da própria agente comunitária é de que o vínculo entre ele e as pessoas da equipe é que fez a diferença”, diz Maria Luiza. “Acredito que isso teve um papel na sua decisão de mudar.”

Em tempo: numa das últimas vezes em que se encontraram no corredor do hospital, a médica que acompanhou o seu caso, perguntou: “e aí, Jacaré, como vai?”. A resposta não podia ser mais compensadora: “Jacaré morreu; agora eu sou...” e usou o seu próprio nome.

30 anos de Alma-Ata

Os Cuidados Primários em Saúde foram o tema de uma conferência histórica ocorrida em 1978, na cidade de Alma-Ata, no Cazaquistão, região então vinculada à antiga União Soviética. O encontro foi promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e reuniu líderes de várias regiões do mundo todo em torno da meta de saúde para todos. A Conferência de Alma-Ata consagrou em definitivo o papel fundamental dos cuidados de saúde primários na evolução dos sistemas de saúde, independentemente do grau de de-

envolvimento social e econômico dos países onde estes estivessem implementados.

Trinta anos depois, a localidade de Alma-Ata mudou seu nome para Almaty e, em outubro deste ano, sediou um encontro com jovens de diversas partes do mundo para celebrar e debater a aplicação dos princípios sobre Cuidados Primários em Saúde. A visão geral é de que diversas iniciativas inspiradas no encontro de Alma-Ata foram implementadas com sucesso em muitos países, no Brasil inclusive, mas que ainda há um longo caminho até se alcançar um patamar satisfatório desse tipo de atenção. ●

Na entrevista a seguir, a psicóloga e pesquisadora Florianita Coelho Braga Campos, fala sobre os desafios do matriciamento e aborda a questão da formação dos profissionais para atuar na Atenção Básica.

os desafios do matriciamento

P - Como se justifica conceitualmente a atuação do psicólogo nos moldes propostos pelo Programa Saúde da Família?

Florianita Braga – O atendimento ambulatorial, como já fizemos bastante – o mundo todo fez e faz –, não é resposta para situações de pessoas como sujeitos de suas vidas, vivendo e relacionando-se em família, no trabalho e na comunidade. A proposta da ESF passa pela desconstrução da forma clínica de atender, embora não elimine que o profissional - nem o generalista e nem o especialista - exerça também a consulta. O que não deve acontecer é a equipe de Saúde da Família ter em sua composição, além da equipe básica de referência, o psicólogo, o fisioterapeuta etc. Senão, será medicalizar a vida, o dia-a-dia, a promoção de saúde e vida.

P - O que é necessário para que ocorra um matriciamento adequado?

Florianita Braga – O matriciamento pressupõe quatro aspectos básicos. O primeiro é um trabalho em equipe e a noção de referência. O segundo é o compromisso de desmedicalizar a vida, isto é, a dor não se resolve com Voltarem, a tristeza e o cansaço não se resolvem com fluoxetina, ou ainda, traquinagem com ritalina. O terceiro é a promoção de conhecimento e o quarto é o emponderamento das pessoas, considerando os sujeitos nos seus contextos, na sua família e na sua comunidade.

P – Que desafios o matriciamento envolve?

Florianita Braga – O matriciamento requer que os profissionais, sejam eles psicólogos, fisioterapeutas ou médicos especialistas, estejam dispostos a atuar, abrindo mão do poder que seu conhecimento tradicionalmente lhes confere. Trabalhar na Atenção Básica significa alimentar a rede de convivência que possibilita as pessoas a exercerem a autonomia.

P – Isso não remete a um problema na formação?

Florianita Braga – Sim, a academia ainda não “forma para o SUS”. Ou seja, não forma para atender a saúde como direito, mas saúde como consumo. Os profissionais estão mais preparados para

um trabalho de consultório individual, particular ou no máximo para planos de saúde. Os currículos melhoraram em possibilidades de práticas, estágios, mas ainda dependem muito do professor e de suas relações de trabalho e de estágio a ofertar. Ainda não temos preparo para o trabalho em equipe multiprofissional e multidisciplinar, para trocar de saberes e fazeres, respeito e interlocução com outros profissionais, muito menos encarar os usuários como um ser igual a nós mesmos, que naquele momento busca e precisa da sua ajuda profissional e/ou especializada.

P – Que dificuldades uma proposta como a de matriciamento enfrenta na realidade do dia-a-dia?

Florianita Braga – Existem lugares onde o SUS é frágil, onde faltam especialidades e especialistas – como na região Norte do País. Em outros, o problema são os gestores, que não são da saúde pública. Muitos desses gestores assumem essa posição por indicações partidárias e sua visão ainda é aquela de construir ambulatorios de especialidades que existiam na década de 1980 – aquela na qual o especialista do NASF ficará com “uma agenda aguardando os encaminhamentos” da equipe de Saúde da Família. É preciso encontrar formas de vencer essas barreiras.



psicologia avança para o interior

Cresce o número de iniciativas das subsedes do CRP SP para estender o alcance geográfico de atuação da entidade. Debates sobre políticas públicas, questões profissionais e atividades culturais são algumas das formas de pôr em prática essa interiorização. Para a Subsede de Assis, as “rodas de conversa” em cidades da região tornaram-se, por exemplo, uma prática permanente, conta a coordenadora Silvia Maria do Nascimento. “Na última vez reunimos em torno de 30 pessoas”, no encontro em Ourinhos, informa. As atividades recebem também profissionais de municípios próximos, ampliando a capilaridade do trabalho. Presidente Prudente, Marília e Tupã são, ao mesmo tempo, pólos locais onde o CRP está presente.

Em alguns casos é necessário mais que o bom planejamento para viabilizar contatos e ampliar canais de comunicação. Como mostra a experiência da Baixada Santista, relatada pela coordenadora Beatriz Belluzzo. A Subsede tem agora um representante dos profissionais do Vale do Ribeira, área com 24 municípios onde cerca de 70 psicólogos atuam nos serviços de saúde mental do trabalhador, como agentes do CEREST,

Psicólogos de cidades mais afastadas das subsedes do CRP SP no interior de São Paulo nem sempre conseguem participar dos debates e ações ali promovidos. Mas esforços estão sendo feitos para levar os debates até lá.

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. As cidades do Vale do Ribeira – entre elas Registro, Iguape, Ilha Comprida, Pedro de Toledo - ficam a mais de 100 quilômetros de Santos, onde está o CRP local. Portanto, é impossível contar com a participação desses colegas em encontros como o realizado em setembro, sobre o Ano da Educação, sem o auxílio de um veículo que possa levá-los a Santos.

A agenda temática de assuntos ligados à mobilização social, e as datas comemorativas são duas linhas de referência para o movimento de interiorização. Assim, o Dia do Psicólogo foi utilizado por todas as regionais para promover palestras e exibição de filmes. Entre os escolhidos, o documentário “Pro Dia Nascer Feliz”, que trata de educação, teve apresentações programadas pela Subsede de São José do Rio Preto, em Jales, Votuporanga, Fernandópolis e Santa Fé. “Muitas dessas pessoas não têm possibilidade de se deslocar até São José do Rio Preto”, nota o coordenador Luiz Tadeu Pes-

suto. Bauru, da mesma forma, programou o documentário como parte das ações que mantém normalmente, em cidades como Botucatu, Jaú, Araçatuba e Avaré.

Dentro de seu roteiro de atividades, a Subsede de Campinas realizou, em Americana, a palestra “A Questão de Gênero no Ambiente de Trabalho”. Alcançar um número maior de municípios e atrair profissionais de localidades menores, ao redor, tem sido uma linha de ação bem-sucedida, constata a coordenadora Maria Izabel do Nascimento. Entre os núcleos da região, que recebem esses eventos, estão Jundiá, Araras, Limeira e Rio Claro.

Instalada em região de alta concentração de faculdades, onde se encontram os municípios de São Carlos, Franca e Araraquara, a Subsede de Ribeirão Preto tem dedicado parte expressiva de seu esforço à realização de encontros e palestras. “Tivemos um importante ciclo de encontros em agosto”, diz o coordenador Leandro Gabarra, citando como um dos que obteve maior participação o debate “Maioridade do ECA: contribuindo com a luta pelos direitos da criança e do adolescente”, em São Carlos.

No Vale do Paraíba, os trabalhos do Evento Preparatório para o Seminário da Educação no Sistema Conselhos vem abrindo oportunidades para ampliar a integração. Duas das reuniões mantidas para discutir o Seminário tiveram lugar nas cidades de São José dos Campos e Guaratinguetá. ●



Curso Intensivo de Introdução à Terapia Cognitiva

Em comemoração do 12º ano de atividades do ITC, o Curso de Especialização em TC de 2009 a 2011 será inaugurado por um Curso Intensivo de Introdução à Terapia Cognitiva oferecido pelos Drs. **Arthur Freeman** e **Ana M. Serra**.

- Carga horária: 24h.
- Local: São Paulo / SP.
- Dias 20 a 22 de março de 2009.



Curso de Especialização em Terapia Cognitiva

Curso credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia. Equipe docente altamente qualificada, com especialistas reconhecidos em suas áreas. Encontros mensais, em uma sexta-feira e um sábado consecutivos.

- Duração: 24 meses.
- Carga horária para Psicólogos: 506h.
- Local: São Paulo / SP.
- Início: 20 de março 2009.

ITC - Instituto de Terapia Cognitiva
Av. Fagundes Filho, 145 - Conj. 131/132
São Paulo/SP - TEL: (11) 4083.2555
www.itcbr.com



Especialização Profissional em Acupuntura

Instituto de Psicologia e Acupuntura Espaço Consciência

Curso atende as exigências da SOBRAPA.

Inscrições abertas
Início: março de 2009

Telefone: 11 2604 3367 ou 3571 9502;
Site: www.psicologiaeacupuntura.com.br
(CRPSP PJ 2557 CNPJ 05.194.742/0001-19)



CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC) em parceria com a Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP iniciará em **Março/09**, novas turmas dos **Cursos de Extensão (120h) Especialização (500h)**, nas áreas de:

- Psicologia Hospitalar
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- Neuropsicologia
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- Transtornos alimentares e obesidade
- Psicologia do Envelhecimento
- Avançado em Psicologia Hospitalar
- Avançado em Reabilitação em Neuropsicologia

Destinado a
Especialização | Psicólogos
Extensão | Psicólogos,
Estudantes de Psicologia
Avançado | Especialistas

Freqüência
Mensal | 6^{as} f. das 14 às 21h
e sábados das 8 às 18 h

Inscrições
Até 12/02/2009

Informações
Tel 11 3064.3186
Tel 11 3069.6188
Fax 11 3064.5843
dipichc@hcnet.usp.br
cepsic@terra.com.br
www.cepsic.org.br

NÚCLEO PSICANALÍTICO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR

Cursos Teóricos:
Desafio Emocional do Cotidiano Hospitalar
Psicanálise, Grupos e Instituições
Técnicas Projetivas Gráficas e Verbais

Aulas, Atendimentos e Supervisões:
Hospital do Servidor Público Estadual

Cursos Teóricos-Práticos:
Expansão em Psicologia Hospitalar I e II
Extensão em Psicologia Hospitalar

5088 8632 de 2ª a 6ª das 9 às 11h
www.nucleopsicanalitico.com.br
nucleopsicanalitico@nucleopsicanalitico.com.br

INFORMAÇÕES

ANUNCIE NO PSI

(11) 3061-9494 ramal 118

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP06/7745) e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Objetivos: O Curso de Formação em Psicanálise pretende desenvolver um dispositivo de escuta psicanalítica que propicie a ação clínica nas diversas práticas sociais. Baseados na teoria freudiana e nas diversas leituras dos principais autores psicanalíticos, e com uma pedagogia que estimule o debate e sustente as diferenças, buscaremos criar condições para que cada participante se aproprie do saber psicanalítico de maneira singular.

Início: 31 de março ou 1º de abril de 2009
Duração: 3 anos / **Carga Horária Total:** 740h
Horários: 3ª feira: 19h30 às 22h30,
4ª feira: 9h às 12h ou 4ª feira: 18h às 21h



Equipe de Docentes:

Antonio Carlos Fajari, Antonio Geraldo de Azevedo Filho, Arnaldo Dominguez, Belinda Mandelbaum, Berenice Laus de Carvalho, Carlos Roberto Arió, Carmem Lucia M. Valadares de Oliveira, Claudia Costabile, Claudio E. M. Waks, Daniel Kupermann, Daniele John, Delia C. Goldferb, Durval Mazzei Nogueira Filho, Edu Álvaro Manso Bastos, Emília Broide, Elizeh A. de Oliveira, Emir Tornarelli, Enrique Mandelbaum, Ernesto Duvidovich, Franklin W. Goldgrub, Ignês Conêia Dias, Jaime Betts, Jorge Broide, José Waldemar T. Turma, Júlio C. Nascimento, Justara Falek Brauer, Karin de Paula, Luciana Pereira Steiner, Marcela M. Souza e Silva, Maria Cristina Barbeta Mleco, Maria Cristina Rios Magalhães, Maria Teresa M. R. Lambert, Mariana Shorttag, Marisa A. Belém, Monica Seimman, Paula R. Peron, Paulo Schiller, Raul Albino Pacheco Filho, Regina Célia C. de Carvalho (Chú), Rita Biogo Vogelazar, Rodolpho Ruffino, Sara Hassan, Silvia Marina M. P. de Melo e Paiva, Tiago Corbisier Matheus e Walkiria del Picchia Zanoni.

Informações e inscrições pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou cep@centropsicanalise.com.br / www.centropsicanalise.com.br

INSCRIÇÕES ABERTAS

Curso de Especialização em Psicologia em Saúde Pública

Inscrições: de 03.11.08 a 06.02.09

Informações e inscrições: www.fcmscsp.edu.br - Fone: (11) 3361.7333



Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

CIPE - A.C.CAMARGO
Centro Internacional de Pesquisa e Ensino



Onde saúde e ensino se completam.

- **Especialização em Psicologia Hospitalar com ênfase em Oncologia - Psico-oncologia**
Carga horária: 800h práticas + 117h teóricas - Total 917h
Inscrição para a seleção: 03/11/2008 a 07/01/2009
Seleção: janeiro/2009
Taxa de inscrição: R\$ 50,00
- **Aprimoramento em Psicologia Hospitalar com ênfase em Oncologia - Psico-oncologia**
Carga horária: 117h
Aulas teóricas: 3^{as} feiras, das 18h00 às 21h00
Matrículas: 01/11/2008 a 27/02/2009

20 vagas **50 vagas**

Inscrições on-line: www.accamargo.org.br/
centro de ensino e pesquisa

Informações: Tel/Fax: (11) 2189-5078/2189-5098
centrodeestudos@hcancer.org.br

Hospital A.C. Camargo
Centro de Tratamento, Ensino e Pesquisa em Câncer

Pós-graduação lato sensu em Psicologia pela Faculdade de Medicina do ABC

- VI Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar
- III Curso de Especialização em Transtornos Alimentares e Obesidade
- II Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica - "De Freud a Lacan"

Informações: (11) 3082-9800 e 3082-9544
www.universodosaber.com.br
www.fmabc.br



Arte Integrativa
Pós-Graduação (Lato Sensu) 2009

Programa: Psicologia da Arte; Pedagogia da Arte; Ateliê de Arte; Conceitos Psicanalíticos e Filosóficos para o Entendimento da Experiência Artística; Imaginário Brasileiro; Ateliê de Corpo e Voz; Linguagens Expressivas na Educação; Técnicas Terapêuticas em Arte Integrativa e Metodologia de Pesquisa em Arte Integrativa.



Local: Universidade Anhembi Morumbi
Informações e inscrições: www.ceuauum.org.br
E-mail: arteintegrativa@ceuauum.org.br
Telefone: (11) 3032-3790

IPCS Marilda Novaes Lipp
Instituto de Psicologia e Controle do Stress

PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA LATO SENSU
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP

TERAPIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA

Cursos 2009. Matrículas abertas!

- ESPECIALIZAÇÃO EM TERAPIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA**
 - Terapia Comportamental Cognitiva Tronco Comum
- APERFEIÇOAMENTO EM TERAPIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA**
 - Terapia Comportamental Cognitiva Tronco Comum
 - Terapia Comportamental Cognitiva Adulto
 - Terapia Comportamental Cognitiva na Infância e Adolescência
- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TCC**
- ATUALIZAÇÃO: DECISÕES ÉTICAS NA PRÁTICA DA PSICOLOGIA "O errar por não saber"**

Cursos oferecidos em Campinas e São Paulo
Inscrições até 27 de fevereiro/09
Informações www.estresse.com.br ou pelos telefones (19) 3234-0288 e (11) 3288-0782

Rua Tiradentes 289 - conj. 91 - Guanabara - CEP 13023-190 - Campinas/SP • Rua Carlos Sampaio 304 - conj. 92 - Bela Vista - CEP 01333-020 - São Paulo/SP

2009 Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento

CURSOS NAS ÁREAS DE:

Adolescência, Arte do Movimento, Arte Terapia, Arte do Movimento, Eutonia, Família, Cinesiologia, Gerontologia, Gestalt Terapia, Jung, Orientação Profissional, Psicanálise, Psicanálise da Criança, Psicodinâmica, Psicodrama, Psicologia do Esporte, Psicologia Jurídica, Psicologia Social das Organizações, Psicopatologia, Psicopedagogia, Psicossomática, Psicoterapia Breve, Psicoterapia Psicanalítica de Casal, Reich, Relação Pais Bebê, Winnicott e Violência Doméstica.

Destinado a: psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, professores e outros profissionais.

Informações para Inscrições
Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes
05015-900 - SP/SP - Tel: (11) 3866-2730 / 31 / 34
www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br






Mestres e Doutores - Excelência em Ensino

Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde
CNPJ 04.751.637/0001-70 - Registro CRPSP 2380/J

PÓS-GRADUAÇÃO

VIII ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR

** Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Destinado a: quinto anistas e profissionais em Psicologia.
Turmas: mensal (um final de semana por mês) e semanal.
Carga horária: 520h

II PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOMÁTICA

Destinado a: quinto anistas e profissionais das áreas da saúde.
Turmas: mensal (um final de semana por mês)
Carga horária: 360h

VIII APERFEIÇOAMENTO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR (Teórico e Prático)

Destinado a: 4o, 5o anistas e profissionais em Psicologia.
Turmas: mensal (um sábado por mês)
Carga horária: 120h

EXTENSÃO EM PSICOSSOMÁTICA E PSICOONCOLOGIA

Destinado a: estudantes a partir do 1o ano e profissionais.
Carga horária: 8h - 16h e 32h

INFORMAÇÕES CURSOS E EVENTOS

Fone: 11 3476-8365
Local: Edifício Work Center 5
End: Av. Jandira, 295 - cj. 608
Moema - São Paulo | SP
Site: www.cepps.com.br
E-mail: info@cepps.com.br

Pós-graduação lato sensu pelo Cenaces

- Curso de Especialização em Neuropsicologia
- Curso Completo de Reabilitação Neuropsicológica
- Curso de Especialização em Psicossomática e Neurociências

Informações: (11) 3082-9800 e 3082-9544

www.universodosaber.com.br

www.psicocursos.com.br



Pós-Graduação em

Psicologia

2009

Aperfeiçoamento em

- Psicooncologia
- Psicologia Clínica Comportamental

Lato Sensu em

- Psicologia Analítica
- Psicologia Jurídica
- Psicologia Hospitalar
- Psiquiatria e Dependência Química

Ministramos Cursos em todo o território nacional!

Informações/Inscrições

(11) 5535.8474
www.unisaopaulo.com.br
contatos@unisaopaulo.com.br



Somos referência em qualidade de ensino! *Entre em contato conosco teremos muito prazer em atendê-lo(a).*

IPPESP

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA, ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

- * CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana
- * CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho - CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ipesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

ANUNCIE NO PSI

(11) 3061-9494 ramal 118

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - UNIP

COORDENADOR PROF. RYAD SIMON

OBJETIVOS: FORMAR PROFISSIONAIS PARA AJUDAR O PACIENTE COM SITUAÇÕES-PROBLEMA ATUAIS E CRISES ADAPTATIVAS
ARTICULAÇÃO DE TEORIA E PRÁTICA CLÍNICA PELA DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO ADAPTATIVO (EDA) E SUPERVISÃO

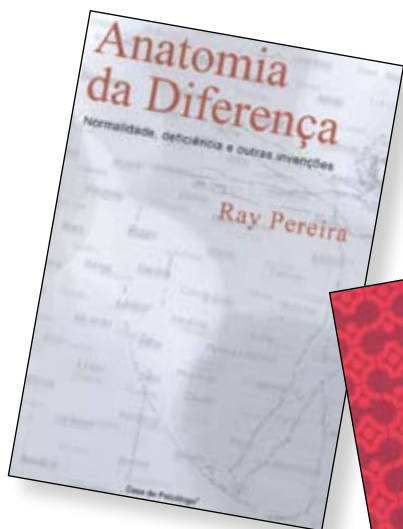
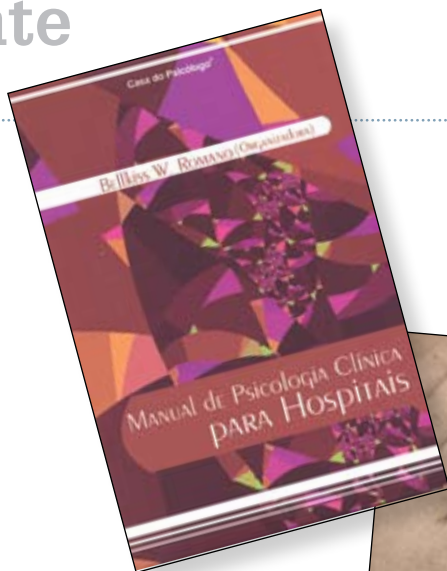
INÍCIO: FEV./2009- **DURAÇÃO:** 1 ANO (Aulas sábados alternados, das 08:00 às 17:00 horas; ou 4's -feiras 08:00 às 12:00 h.)

LOCAIS: CAMPI DA UNIP EM SÃO PAULO (Paraíso); **SANTOS; SOROCABA; BAURU e S. J. RIO PRETO**

INFORMAÇÕES: **S. Paulo:** Fones (11) 3666-1296, (11) 9177-0188, **Santos:** (13) 3237-7307, **Sorocaba:** (15) 9782-4252,

Bauru: (14) 3223-0108, **São José do Rio Preto:** (17) 3232-5470 e (17) 3232-7832

e-mail: psicobreve.pbo@gmail.com;



MANUAL DE PSICOLOGIA CLÍNICA PARA HOSPITAIS

Romano, B. W. (Org.); São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, 217p.

Os autores enfocam o trabalho do psicólogo clínico em hospitais, procurando responder à pergunta sobre “como esse profissional faz sua tarefa”. Nesse intento, analisam as premissas sobre as quais esse trabalho se dá e abordam os modelos de atuação possíveis. Informam sobre a necessidade de mudanças diante de cada situação em particular, num campo de trabalho no qual o contexto pode variar muito de um hospital para outro. As diferentes abordagens teóricas e as especificidades dos diferentes quadros clínicos que definem as linhas de atuação são apresentadas, bem como as possibilidades de reflexão, interatividade e dinamismo que devem caracterizar a ação do psicólogo inserido nesta área. O objetivo, porém, não é dar uma resposta fechada, inquestionável, mas de apresentar um modelo de trabalho que se mantém sólido há mais de 30 anos.

PREÇO: R\$ 64,00

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br

TELEFONE: (11) 3034-3600

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Feller, C. C.; Ferrari, M. A. L. D.; Sekkel, M. C. (Orgs.); São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, 128p.

Esta obra foi composta pela interlocução entre ensaios teóricos e experiências de educação inclusiva na Educação Infantil. Além de refletir sobre problemas e caminhos possíveis, tem o intuito de diminuir a distância entre os educadores, pesquisadores e gestores da área da Educação Infantil e aqueles diretamente envolvidos com a educação inclusiva. Os textos foram apresentados em um seminário realizado no Instituto de Psicologia da USP, em 2006, e pretendem contribuir para ampliar a consciência dos problemas, bem como sustentar e instigar para práticas inovadoras e criativas no âmbito da educação inclusiva no Brasil.

PREÇO: R\$ 26,00

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br

TELEFONE: (11) 3034-3600

ANATOMIA DA DIFERENÇA – NORMALIDADE, DEFICIÊNCIA E OUTRAS INVENÇÕES

Pereira, R.; São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, 170p.

Cecília Pessoa, psicoterapeuta e professora universitária, assina a apresentação do livro, que, segundo ela, situa a deficiência em um contexto histórico, cultural e vivencial que se aprofunda a cada capítulo, expondo ao leitor uma dimensão pouco explorada, pois inclui, além de conhecimento teórico e visão crítica, a legitimidade conquistada pela vivência pessoal e direta com a deficiência. “O autor ousa abordar a diferença – e tudo o que foi socialmente construído em torno dela – com o rigor de um pesquisador, sem perder a sensibilidade, o respeito e a delicadeza fundamentais para se discutir uma questão que, sem sombra de dúvida, é essencialmente humana e comum a todos nós em alguma etapa da vida.”

PREÇO: R\$ 35,00

INTERNET: www.casadopsicologo.com.br

TELEFONE: (11) 3034-3600

FAMÍLIA É QUEM CUIDA DE MIM: NARRATIVAS DE IDENTIDADE DE JOVENS ADULTOS CRIADOS EM ABRIGO

Cruz, H. M.; Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2008, 157p.

O livro se baseia na dissertação de mestrado de Helena Maffei e tem como base entrevistas realizadas com jovens adultos que viveram até a maioridade nas Aldeias SOS, Rio Bonito. A leitura dos relatos destes jovens feita por Helena possibilita um olhar ampliador e nos informa sobre a vida de crianças e jovens encaminhados e acolhidos em lares sociais. As histórias possibilitam a reflexão sobre o que se consideram relações familiares e como se pode favorecer a construção de histórias mais felizes. Desta forma, Helena coloca o leitor em contato com o contexto de adversidade e discriminação vivida por esses jovens, ao mesmo tempo em que possibilita reconhecer como as relações de cuidado e acolhimento podem gerar pessoas que se expressam como: “fui cuidada, cuido e quero cuidar”, ou “eu sofri, causei sofrimento, quero cuidar-curar”.

PREÇO: R\$ 30,00

INTERNET: Noos@noos.org.br

TELEFONE: (21) 3264-4925 / 3264-4927

RELIGIOSIDADE E PSICOTERAPIA

Bruscagin, C; Savio, A; Fontes, F; Gomes, D. M.; São Paulo: Editora Roca, 2008, 200p.

A espiritualidade é uma poderosa dimensão da experiência humana e tem se apresentado com crescente importância e diversidade no mundo em constantes mudanças no qual vivemos hoje. Entretanto, por longo tempo foi rejeitada na prática clínica de psicoterapeutas e médicos, impedindo-os de enxergar sua vital importância na compreensão do cliente como um todo.

A leitura deste livro encoraja terapeutas e profissionais da saúde a examinarem suas próprias visões de religiosidade e a adquirirem uma nova consciência das diferentes orientações de fé de seus clientes. Os autores dos capítulos estão mais ligados às tradições cristãs, mas todos comprometidos com uma perspectiva ecumênica de respeito e apreciação pelas diferentes culturas, crenças e tradições religiosas.

PREÇO: R\$ 58,00

INTERNET: www.editoraroca.com.br

TELEFONE: (11) 3331-4478

GRUPOS – INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA E MÉTODO SOCIOPSDRAMÁTICO

Marra, M. M; Fleury, H. J. (Org.); São Paulo: Editora Ágora, 2008, 224p.

Neste livro, diversos profissionais relatam suas experiências sociopsicodramáticas segundo a visão sócio-educativa. Mostram que a intervenção abre a possibilidade de ampliar o conhecimento e a consciência dos participantes, além de permitir que os limites sejam transformados em desafios. Indicado a profissionais que trabalham com grupos e têm como meta a saúde social e o fortalecimento das relações interinstitucionais.

PREÇO: R\$ 42,00

INTERNET: www.gruposummus.com.br

TELEFONE: (11) 3872-3322

DESCORTINANDO O TESTE PSICOLÓGICO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO – REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA

Malki, Yara; São Paulo: Annablume, 2008, 156p.

A autora analisa os conceitos e preconceitos envolvidos na questão dos testes psicológicos, muitas vezes alvos de concepções empobrecidas, incapazes de compreender a racionalidade e também a irracionalidade envolvidas no seu uso. Trata-se de um trabalho de crítica, no sentido de indicação de limites do objeto analisado. Esse objeto é constituído pelos testes psicológicos, e também pelas considerações feitas a ele – favoráveis ou contrárias – por estudiosos reconhecidos em nosso meio. Em uma época de produtividade científica inspirada pela produtividade industrial, que retira a peculiaridade da academia – o pensamento –, este livro se distingue da montagem em série intelectual; um trabalho que não se contenta com a aparência dada por se situar desse ou do outro lado da discussão; que exhibe os fundamentos do que foi estabelecido e outras possibilidades de pensar o objeto.

PREÇO: R\$ 25,00

INTERNET: www.annablume.com.br

TELEFONE: (11) 3812-6764

O CAMINHO PARA UMA DISCIPLINA INFANTIL CONSTRUTIVA: ELIMINANDO CASTIGOS CORPORAIS

Hart, Stuart N.; Durrant, Joan; Newell, Peter; Power, F. Clark; São Paulo, Livraria Cortez, 2008, 206p.

Esta publicação oferece uma abordagem ampla que inclui os principais passos a serem considerados no processo de eliminar a punição corporal, fornecendo importantes instrumentos para alcançar esse objetivo. Mostra o imperativo dos direitos humanos e descreve vários aspectos das consequências e implicações negativas causadas pelo castigo físico. Entra nos detalhes de métodos práticos para técnicas mais construtivas e eficazes de disciplina infantil e apoio permanente para uma mudança de longo prazo. A obra foi produzida em cooperação com o International Institute for Child Rights and Development (IICRD), líder na implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) na comunidade, na região, no país e no mundo.

PREÇO: R\$ 29,00

INTERNET: www.livrariacortez.com.br

TELEFONE: (11) 3873-7111

PARA REINVENTAR AS RODAS

Afonso, M. L. M; Abade, F. L; Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros – RECIMAM, 2008, 63p.

A publicação está dividida em duas partes. Na primeira apresenta o texto “Educação em Direitos Humanos – a construção de uma prática”, que discute a elaboração de projetos educativos em Direitos Humanos. Na segunda parte apresenta a metodologia desenvolvida no projeto Rodas de Conversa, incluindo diversos exemplos de rodas realizadas pelo Laboratório de Pesquisas e Práticas Psicossociais (LAPIP) da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Além de contribuir para a construção de uma cultura de promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, aborda as metodologias participativas, como oficinas e rodas de conversa que, embora muito antigas, nos levam a revê-las e reinventá-las para responder às nossas questões atuais. O texto está no endereço http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapip/PARA_REINVENTAR_AS_RODAS.pdf



A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psi.org.br

EDUCAÇÃO

seminário regional do ano temático
da educação

Em São Paulo, a fase de eventos regionais do Ano da Educação no Sistema Conselhos, que culminará, no primeiro semestre de 2009, com um seminário nacional, está encerrada. Após uma série de eventos nas subseções, a sede em São Paulo organizou sua reunião, nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro, no Espaço Appas. Na ocasião, também realizou o VI Encontro de Psicólogos da Área de Educação e a III Mostra de Práticas de Psicologia em Educação em que 72 trabalhos foram apresentados com a participação de psicólogos.

Durante toda a fase de preparação para os eventos, o Conselho teve a preocupação de levar para os debates importantes nomes das áreas de Psicologia e Educação, sempre respeitando quatro eixos temáticos: Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva; Políticas Educacionais: Legislação, Formação Profissional e Participação Democrática; Psicologia em Instituições Escolares e Educacionais; e Psicologia no Ensino Médio.

Os textos que serviram de subsídio para os debates e outras informações sobre o evento poderão ser obtidos no site do Conselho, no endereço <http://www.crp06.org.br/educacao/>.



Eventos no Espaço Appas, em São Paulo, debateram a Psicologia na Educação.

SAÚDE MENTAL

Sistema Conselhos inicia campanha pela realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental

O Sistema Conselhos de Psicologia, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial e outras entidades que compõem a Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) iniciaram em novembro uma campanha em todo o País pela realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental. O CRP SP também integra essa luta, que busca sensibilizar o Conselho Nacional de Saúde a fazer valer o compromisso de avaliar os resultados da Lei 10.216, aprovada em 2001, ano da última Conferência. A lei prevê a extinção de todos os leitos em hospitais psiquiátricos no Brasil e a constituição de uma rede substitutiva de atendimento e cuidado às pessoas com sofrimento psíquico grave. A campanha por uma reforma antimanicomial efetiva, portanto, continua e quem quiser participar pode obter mais informações em uma das páginas do CFP: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_081017_002.html

CREPOP

Atenção Básica é o último tema do CREPOP em 2008

Os psicólogos que trabalham em Serviços de Atenção Básica à Saúde, tema da última pesquisa de 2008 do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), puderam participar do grupo de discussão sobre o assunto, realizado no dia 11 de novembro, na sede do Conselho. Durante o ano de 2008 foram realizados levantamentos sobre três áreas de atuação dos Psicólogos, a saber: Atuação em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência, Atuação dos Psicólogos com Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto/Liberdade Assistida e Atuação dos Psicólogos em Programas de Educação Inclusiva. O CFP promoveu, em novembro, um encontro nacional com os responsáveis pelas pesquisas nos Conselhos Regionais de todo o País, fez um balanço do trabalho neste ano e divulgará, no início de 2009, as novas pesquisas que serão realizadas.

JUSTIÇA

Documento recomenda atuação do psicólogo na área judiciária

Psicólogos que atuam na área judiciária, atenção! Um comunicado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), publicado no dia 14 de outubro (Caderno Administrativo, Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia) pelo Diário da Justiça, apresenta uma sugestão de procedimentos para favorecer uma relação de cooperação entre profissionais psicólogos e operadores do Direito. O documento foi elaborado a partir de um trabalho desenvolvido por representantes de diversas entidades: o CRP SP, a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, o Núcleo de Apoio ao Serviço Social e Psicologia do TJ/SP, psicólogos que atuam no TJ/SP na Capital e Interior e o Instituto Brasileiro de Direito de Família. Acesse o conteúdo do documento pelo site http://www.crp06.org.br/a_comis/set_etica.htm.

em 2009, conselhos debaterão **psicoterapia**

2009 será o Ano da Psicoterapia no Sistema Conselhos. A proposta é estimular um amplo debate sobre a psicoterapia como um campo de atuação que compreende diferentes abordagens teóricas e práticas.

Eventos com esse objetivo deverão ocorrer a partir de maio do próximo ano, quando se encerra o Ano da Educação. Três eixos de discussão foram definidos: I) A constituição das psicoterapias no campo interdisciplinar; II) Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos e III) Relações com os demais grupos profissionais (*leia mais na tabela abaixo*).

A maneira como as discussões se realizarão por todo o Brasil está sendo construída por um Grupo de Trabalho representado por vários regionais e o CFP. Além disso, vídeo-conferências têm sido realizadas a fim de subsidiarem a formulação da proposta para o Ano Temático da Psicoterapia, tanto em sua forma como em seus conteúdos. Encontros com esse objetivo foram realizados em Santos, Santo André e em São José do Rio Preto.

“A psicoterapia é um tema de interesse para um grande número de psicólogos mas que, até hoje, não havia sido debatido com a necessária profundidade pelo Sistema Conselhos”, diz Carla Biancha Angelucci, conselheira e integrante do Grupo de Trabalho de Psicoterapia do CRP SP. Segundo ela, há, ainda hoje, uma série de dúvidas no que diz respeito aos procedimentos e à fundamentação teórica de uma série de práticas, o que demanda uma avaliação cuidadosa sob o ponto de vista da Psicologia.

Biancha nota que a psicoterapia não é de atribuição exclusiva dos psicólogos, podendo ser realizada por outros profissionais, como médicos ou assistentes sociais. “Nosso objetivo, portanto, não é o de censurar esta ou aquela prática, mas chegar, pelo debate com os profissionais e pela fundamentação científica, a uma compreensão melhor do que cada uma delas propõe”. O CRP SP divulgará por meio do seu site os eventos voltados para a discussão do tema. ●

OS EIXOS DE DEBATES

EIXO I | A CONSTITUIÇÃO DAS PSICOTERAPIAS COMO CAMPO INTERDISCIPLINAR

- Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto.
- Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

EIXO II | PARÂMETROS TÉCNICOS E ÉTICOS MÍNIMOS PARA A FORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO E NA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA E PARA O EXERCÍCIO DA PSICOTERAPIA PELOS PSICÓLOGOS

- Parâmetros: referências e/ou regulação.

EIXO III | RELAÇÕES COM OS DEMAIS GRUPOS PROFISSIONAIS

- Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos.
- Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

MANIFESTO

defesa dos hospícios

reportagem, menção
honrosa e protestos

No último dia 27 de outubro, o Sistema Conselhos de Psicologia divulgou em uma moção de repúdio contra a menção honrosa concedida à reportagem “Sem hospícios, morrem mais doentes mentais”, publicada no jornal O Globo, em 9 de dezembro de 2007. O documento foi distribuído aos presentes à 30ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos – promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo – realizada na Capital.

Em seu comunicado, o Sistema Conselhos de Psicologia manifestou-se contra a escolha da reportagem por considerar que a matéria jornalística “ignora as críticas e denúncias acumuladas por 20 anos de luta antimanicomial no País”. A reportagem já havia sido muito criticada quando de sua publicação. A nota justifica: “A matéria contraria os norteadores e experiências relativas ao novo modelo de atenção à saúde mental, orientado por uma ética que prima pela observância dos direitos humanos cunhada no rigor técnico e metodológico”. A moção de repúdio pode ser encontrada em uma das páginas do site do CFP: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_08_10_27_0001.html.

pela ética, contra a indifere

Terezinha Azerêdo Rios é doutora em Educação pela USP e professora/pesquisadora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Nove de Julho - Uninove. Seu primeiro livro, “Ética e Competência”, encontra-se já na 18ª edição e ela é também autora de “Compreender e Ensinar: Por uma docência de melhor qualidade”. Na entrevista a seguir, ela estabelece as diferenças entre Ética e Moralidade; fala sobre o papel dos Códigos de Ética para as profissões e destaca a necessidade de se discutir a Ética como uma resposta a um dos grandes desafios da sociedade atual: a indiferença.

PSI – Como começou seu envolvimento com a questão da Ética?

Terezinha Rios - O livro “Ética e Competência” resultou da minha dissertação de mestrado, na qual explorei a questão da competência profissional do professor. Embora escrito originalmente com um foco na área de Educação, o livro ganhou espaço em outras áreas e tem servido de referência também junto aos psicólogos, o que me deixa muito satisfeita.

PSI – Qual era a tese do livro?

Terezinha Rios - Eu defendi a tese de que a Ética é a dimensão fundante da competência profissional. Para que se possa entender melhor o que isso significa, convém lembrar que, naquele momento, início da década de 1990, havia uma discussão sobre a prevalência da dimensão técnica ou da dimensão política no trabalho docente. Ou seja, havia uma dicotomia entre essas dimensões, valorizando-se ora uma, ora

outra. O que eu quis mostrar foi que não havia possibilidade de se dissociarem essas duas dimensões e que a Ética, por ser um elemento requerido em ambas, servia de mediador entre a técnica e a política.

PSI – Como isso acontece?

Terezinha Rios – Veja, como professora de Filosofia eu preciso ter conhecimento de Filosofia, preciso saber usar recursos para partilhar esse conhecimento. Isso constitui a dimensão técnica. Por outro lado, eu não ensino filosofia no vazio. Ensino dentro de um contexto que me traz determinadas demandas. Há, portanto, uma dimensão política no meu trabalho. Mas seja para escolher conteúdos, seja para atender aquelas demandas, eu preciso perguntar “para quê?”. Essa pergunta só pode ser respondida no âmbito da Ética. A Ética é isso: uma reflexão sobre os valores que estão presentes nas nossas ações e relações. E isso vale, naturalmente, para outras atividades profissionais que envolvem o ser humano, caso no qual a Psicologia também se enquadra.

PSI – Como se entendem “valores” nesse caso?

Terezinha Rios – Valores são significações que atribuímos aos fatos. Essas significações existem à medida que não nos mantemos indiferentes diante da realidade. O que os valores demonstram é uma não-

indiferença. O valor é o que dá consistência ao humano. As transformações materiais que operamos na realidade só têm sentido na medida que atribuímos significações a elas. Isso ajuda a entender, por exemplo, por que a neutralidade pretendida pela concepção tecnicista não se sustenta.

PSI – O que significa dizer que a Ética é uma dimensão fundante da competência profissional?

Terezinha Rios - Eu chamei a Ética de fundante porque o horizonte da Ética é o bem comum. Qualquer profissional terá de se interrogar se o seu trabalho contribui para a construção do bem comum. O princípio fundamental da Ética é o respeito. O respeito ao outro. É em nome do respeito ao outro que, no Regimento de uma organização se diz “você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo”.

PSI – Quando se diz, então, que os mafiosos têm um “Código de Ética” isso não faz sentido?

Terezinha Rios – Mafiosos têm, sem dúvida, regras de conduta em relação aos seus pares, mas as suas ações não estão voltadas para o bem comum. Ao contrário. Não há como ser ético e mafioso ao mesmo tempo. Mafiosos honrados só mesmo em filmes de Hollywood.

PSI - Até que ponto um Código de Ética é suficiente para guiar as ações de um profissional?

Terezinha Rios – Há dois problemas aqui. O primeiro é que os Códigos de Ética são usualmente normativos. Rigorosamente falando, eles deveriam ser chamados de Códigos de Moral, porque o que eles trazem são, sobretudo, prescrições. Moral é isso: um conjunto de prescrições, de regras, de normas que orienta a vida das pessoas na sociedade. A moral tem como base o costume, que tem um valor, bom ou mau, a ele associado. O costume diz que é bom casar, é bom ser fiel, é bom pagar as contas. Mas a Ética não é o costume. A Ética é uma reflexão sobre os costumes. Nesse senti-



nça

do, um Código de Ética, para ficar mais próximo do que o seu nome sugere, deveria estar muito mais calcado em princípios do que em regras.

PSI – Mesmo dando ênfase a princípios, como um Código de Ética pode fazer frente aos dilemas que os profissionais enfrentam?

Terezinha Rios - O espaço da Ética é, por si só, um espaço dilemático. A Ética aparece exatamente porque não tenho, de imediato, uma resposta. Devo contar para o meu amigo que eu vi a mulher dele com outro? É justo roubar para levar comida para o filho? É a reflexão sobre a circunstância e os efeitos que dela decorrem que pode indicar qual atitude estará atendendo melhor ao bem comum.

PSI - Faz sentido falar em Ética em uma sociedade na qual a indiferença parece se impor cada vez mais?

Terezinha Rios – Penso que sim, exatamente por conta deste cinismo tão presente neste mundo globalizado e fragmentado em que estamos vivendo. Este cinismo é, na verdade, uma contraparte do moralismo. E é tão mau quanto ele. O cinismo é exatamente a indiferença diante dos valores. O cinismo é gerador de desesperança. E esse é mais um motivo para que se aborde a Ética nos dias de hoje. É um esforço para olhar as coisas de uma maneira diferente. É importante lembrar também que a Ética remete para um reconhecimento do outro como um *outro eu*. É por essa via que se chega à perspectiva de conceitos como cidadania, de reconhecimento de direitos. A Ética e a Política, portanto, estão estreitamente articuladas.

PSI – Até que ponto se pode ter a expectativa de uma sociedade na qual a Ética seja uma referência efetiva?

Terezinha Rios - O outro nome do bem comum, o valor ao qual a Ética remete, é “felicidade”. Uma coisa que eu posso dizer quando eu estou feliz é que eu “não estou cabendo em mim”. Essa expressão mostra a transcendência da felicidade, algo que não se encerra na própria pessoa, mas que transborda para o outro. Sim, a Ética tem um caráter utópico. É o espaço da esperança. O que autoriza essa esperança? O real. Eu quero uma sociedade justa porque eu tenho uma experiência de justiça. Eu quero ser feliz porque eu tenho uma experiência de felicidade. A felicidade não é algo irrealizável. É um *ideal*, algo que não foi realizado ainda. ●

debate marca dia da psicologia latinoamericana

O dia 8 de outubro foi um dia histórico para a integração da Psicologia na América Latina. Um debate online, organizado pelo Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da União Latinoamericana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), marcou a primeira comemoração internacional do Dia da Psicologia Latinoamericana. Representantes de entidades de Psicologia e o público em geral de vários países participaram de uma mesa redonda virtual, transmitida em tempo real pela Internet.

Instituído durante o IIº Congresso da ULAPSI, realizado em setembro de 2007, em Havana, Cuba, o dia da Psicologia Latinoamericana foi comemorado, este ano, com um debate *online* que teve a coordenação do presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Humberto Verona e a participação de debatedores e interessados de diversos países.

Para Maria da Graça Marchina Gonçalves, conselheira do CFP e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), “o debate foi importante para marcar a perspectiva da ULAPSI, de articulação da Psicologia em torno do compromisso com as questões da América Latina”.

“Hoje a ULAPSI representa essa possibilidade de organização mais ampla porque é uma associação que reúne entidades da Psicologia, de várias naturezas (profissionais, científicas, sindicais e outras) e amplitudes (nacionais, regionais)”, diz Graça. “Ou seja, é uma organização que reconhece e valoriza outras diferentes formas de organização, apontando para objetivos comuns: o compromisso da Psicologia com as questões sociais da América Latina, a inserção social da profissão, a investigação científica relevante e sólida e a formação profissional competente.”

“Estamos fazendo uma Psicologia que serve para a nossa realidade”, diz a ex-presidente do CFP e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), Ana Maria Bock. “Uma Psicologia que fala das condições de vida e do povo de nosso continente e que pode se integrar como conhecimento e prática na luta pela construção de um mundo latinoamericano melhor.”

Para Maria Cristina Joly, psicóloga e representante do Brasil no Conselho Diretivo da ULAPSI, a entidade vem permitindo uma troca de experiências muito rica, com grupos de trabalho atuando em temas importantes, como Educação e Direitos Humanos. “Nosso próximo evento está previsto para setembro de 2009 na cidade do México e, a partir de janeiro, o site da ULAPSI estará dando detalhes sobre o encontro e indicações para o envio de trabalhos por parte dos interessados”. ●



Conselho Regional
de Psicologia SP

